

RELATÓRIO E CONTAS 2022





ÍNDICE

1 ÓRGÃOS SOCIAIS

06

2 MENSAGEM DA GERÊNCIA

08

3 A STCP SERVIÇOS

- 3.1 Principais Acontecimentos
- 3.2 STCP Serviços em Números
- 3.3 Missão, Visão e Valores
- 3.4 Caracterização da sociedade
- 3.5 Objeto social
- 3.6 Competências
- 3.7 Obrigações específicas
- 3.8 Organização
- 3.9 Recursos humanos

10

11

12

13

14

14

15

15

16

17

4 RELATÓRIO DE GESTÃO

- 4.1 Introdução
- 4.2 Contexto macroeconómico
- 4.3 Atividade desenvolvida em 2022
- 4.4 Remuneração e prémios
- 4.5 Análise Económica e Financeira
- 4.6 Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício
- 4.7 Perspetivas futuras
- 4.8 Cumprimento Legal
- 4.9 Proposta de aplicação de resultados

18

19

19

19

25

28

37

37

38

38

5 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 5.1 Balanço
- 5.2 Demonstração dos Resultados
- 5.3 Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- 5.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

40

41

43

44

46

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

50

- Nota 1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico
- Nota 2. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros
- Nota 3. Ativos Intangíveis
- Nota 5. Ativos Fixos Tangíveis
- Nota 13. Rendimentos de Transações com Contraprestação
- Nota 14. Rendimentos de Transações sem Contraprestação
- Nota 17. Acontecimentos após a Data do Balanço
- Nota 18. Instrumentos Financeiros
- Nota 19. Benefícios dos Empregados
- Nota 23. Outras Informações para melhor compreensão da Situação Financeira e dos Resultados do Período

51

53

62

63

64

66

66

66

69

69

69

6 DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

- 6.1 Demonstração de desempenho orçamental (DDORC)
- 6.2 Demonstração de execução orçamental da receita (DOREC)
- 6.3 Demonstração de execução orçamental da despesa (DODES)
- 6.4 Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos (DPPI)
- 6.5 Anexo às demonstrações orçamentais

72

74

78

82

86

86

7 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

94

ÓRGÃOS SOCIAIS



ASSEMBLEIA GERAL

Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., representada pela Presidente do Conselho de Administração, Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel, enquanto sócia única detentora da totalidade do capital social da sociedade unipessoal por quotas STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.

CONSELHO DE GERÊNCIA

Maria Teresa Stanislau de Almeida Domingues
José Paulo de Jesus Ferreira
Alberto Amaro Guedes Machado

FISCAL ÚNICO

Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais De Contas, S.A., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 51, e na CMVM sob o número 20161394, representada por José Fernando Abreu Rebouta, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 1023

MENSAGEM DA GERÊNCIA



O ano de 2022 foi marcado pelo regresso à atividade da STCP Serviços, que tinha a sua atividade suspensa desde 2012, com um objeto social mais abrangente, resultante da sua revisão de estatutos, com novos órgãos sociais e constituição de uma nova equipa de trabalho, preparada para abraçar todas as tarefas a que a empresa se propunha. A STCP Serviços assumiu todas as competências que o Município do Porto lhe delegou por via da celebração de um contrato programa ambicioso e que representa um voto de confiança no modelo de gestão integrada e articulada de terminais intermodais, parques de estacionamento e meios mecanizados de apoio à deslocação entre cotas, em complemento à rede de transporte público da nossa acionista, a STCP, - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.

Este foi sem dúvida um ano de desafios, a STCP Serviços posicionou-se, no novo quadro de competências municipais na área dos transportes, e de intermunicipalização da sua acionista, a STCP, como a entidade capaz de assegurar a articulação entre as redes de transporte e todas as infraestruturas basilares de apoio à rede e mobilidade dos cidadãos, focada na exploração de equipamentos e infraestruturas conexos e complementares à própria rede da STCP, numa gestão mais eficiente de meios, procurando não só gerir equipamentos e infraestruturas de transportes, mas também outras soluções de mobilidade urbana.

Este ano fica indelevelmente marcado pela inauguração do Terminal Intermodal de Campanhã (TIC) em julho, um marco para a nossa empresa, para a cidade do Porto e para a região Norte. A operação do TIC obrigou a um esforço suplementar para garantir o sucesso da operação. Seis meses depois da sua inauguração, o TIC já tinha acolhido mais de 1 milhão de pessoas e é, hoje, uma referência para quem chega e parte da cidade do Porto.

Mas a ação da STCP Serviços não se cingiu ao TIC, numa estratégia conjunta com o município do Porto ajudou-se a construir o website terminais.porto.pt que reúne toda a informação relativa aos terminais da cidade. Arrancamos também com a obra de reabilitação do

Terminal das Camélias que ficará pronta no primeiro trimestre de 2023, e deu-se início aos trabalhos preparatórios para a o novo Polo Intermodal da Asprela, assegurando que, em 2023, a estratégia do Município do Porto de articulação de redes de transporte público rodoviário em nós intermodais estará implementada.

Em relação às ligações mecanizadas, lançou-se um tarifário atualizado que se acredita corresponde às necessidades dos passageiros com novidades como packs especiais para escolas e turistas, sem nunca descurar o serviço aos residentes, que vêm nestes meios o acesso a toda uma rede de transporte público.

Nos parques de estacionamento, simplificou-se a utilização deste serviço, adequando preços, normas de utilização e funcionamento, acreditando na articulação destes equipamentos com a rede de transporte público e na simplificação da mobilidade urbana, integrando a informação de disponibilidade dos parques nos sistemas de informação dinâmico do município (Painéis de Mensagem Variável).

Mas a STCP Serviços não ficou por aqui, acompanhou e garantiu a evolução do acordo de colaboração entre o Município do Porto e as centrais de Táxi para o programa Táxi Saúde +65 que permite aos portuenses com 65 ou mais anos de idade deslocarem-se para hospitais ou unidades de saúde a baixo preço. Mais de 3 mil portuenses usufruíram desta iniciativa em 2022.

Iniciaram-se os estudos relativamente à reativação do Ramal da Alfândega, e efetuaram-se estudos sobre o estado dos equipamentos - Funicular e Elevador da Lada. Arrancou-se ainda com estudos relativamente ao sistema de transporte a pedido.

Em suma, um ano que representa o ponto de partida de uma visão sistémica sobre a mobilidade urbana em que todos os equipamentos, infraestruturas e modos de transporte convivem num ecossistema simplificado de uma rede de mobilidade ambiental e financeiramente sustentável, com uma equipa motivada e dedicada a simplificar a mobilidade.

A STCP SERVIÇOS

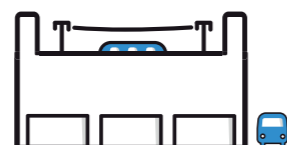
3.1 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS



3.2 STCP SERVIÇOS EM NÚMEROS

Período de abril a dezembro

LIGAÇÕES MECANIZADAS



TERMINAIS RODOVIÁRIOS

Campanhã · Camélias · Bom Sucesso

Utilizadores +1,8M (+1,2M só no TIC)
Destinos 41



PARQUES DE ESTACIONAMENTO

Trindade · Duque de Loulé · Caminhos do Romântico · Viela do Anjo · Terminal Intermodal de Campanhã

Capacidade Total 858 lugares de estacionamento
Taxa de Ocupação Média 57,40%
Número Total de utilizadores 191.729



SERVIÇO TÁXI SAÚDE +65

Deslocações na cidade do Porto 14.627



FUNICULAR

Viagens realizadas 23 702 viagens
Títulos vendidos 152 078 títulos
Validações Cartões Porto 6 887



ELEVADOR DA LADA

Viagens realizadas 19 252 viagens
Utilizadores 48 784



ESCADAS MECANIZADAS

3 escadas mecanizadas ao ar livre
Com 10,11 e 23 metros cada,
no Monte Judeus

3.3 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A STCP Serviços rege-se por uma missão clara e precisa, com uma visão abrangente que norteia e fundamenta as suas ações e com valores que são um pilar essencial para a nossa atividade. Em 2022, aprovou-se uma nova missão, visão e valores da STCP Serviços.



MISSÃO

Promover a mobilidade sustentável, integrando e complementando os vários modos de transporte, tendo o transporte público como a espinha dorsal de uma estratégia de mobilidade integrada e simplificada.



VISÃO

Consolidar-se como uma empresa de referência na mobilidade e sustentabilidade urbana, utilizando as melhores práticas no setor a nível internacional, testando conceitos e colocando em prática soluções inovadoras para a melhoria da qualidade de vida.



VALORES

AGILIDADE

Mostramo-nos ágeis. Procuramos soluções que permitem resolver desafios colocados e anteciparmos oportunidades de melhoria.

COOPERAÇÃO

Trabalhamos em Equipa. Acreditamos que pensando em conjunto conseguimos alcançar as nossas metas de forma mais rápida, focados nas necessidades dos cidadãos.

SUSTENTABILIDADE

Respeitamos o cidadão e o ambiente. Procuramos garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental das soluções.

COMPROMISSO

Somos rigorosos e procuramos a excelência. Assumimos o compromisso em ser rigorosos e promovemos a melhoria contínua no nosso dia-a-dia e na relação com os nossos parceiros.

3.4 CARATERIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. adiante abreviadamente designada por «STCP Serviços» ou «Sociedade» é, atualmente, uma pessoa coletiva de direito privado constituída sob a forma de sociedade unipessoal por quotas, de capitais exclusivamente públicos, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O capital social da STCP Serviços é de € 100 000 (cem mil euros) detido integralmente pela sócia única Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. (STCP, EIM, S.A.).

A STCP Serviços rege-se pelos seus estatutos, pela lei comercial, pelo regime do setor empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e, pelo facto de ser detida pela STCP, EIM, S.A. (pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza intermunicipal) rege-se, também, pelo Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, diploma que operou a intermunicipalização da STCP, EIM, S.A. e pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

3.5 OBJETO SOCIAL

No novo contexto de empresa intermunicipal, a sócia única da STCP Serviços, entendeu necessário transformar esta Sociedade numa empresa apta a desenvolver atividades relacionadas com a gestão e exploração de equipamentos e infraestruturas de transportes, bem como gestão de soluções de mobilidade urbana, permitindo dispor uma empresa que pudesse focar-se na exploração de equipamentos e infraestruturas conexos e complementares na mobilidade urbana, numa gestão mais eficiente de meios.

De acordo com o artigo 4º dos seus estatutos a STCP Serviços tem por objeto social a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e a exploração de soluções de mobilidade urbana, destacando-se o seguinte:

- a)** Operação, gestão e exploração de serviço público de transporte regular ou especializado de passageiros, nos modos rodoviário, ferroviário, por carro elétrico ou, ainda, por cabo;
- b)** Aquisição, locação, construção, instalação, desenvolvimento, manutenção e operação de veículos, equipamentos e infraestruturas destinados ao transporte de passageiros referido na alínea anterior, em qualquer um dos modos;
- c)** Construção, gestão, exploração, desenvolvimento e operação de infraestruturas, sistemas ou produtos de mobilidade elétrica, de mobilidade leve, de mobilidade partilhada e, ainda, de meios de transporte utilizadores de energias alternativas;
- d)** Prestação de serviços de logística urbana;
- e)** Organização, intermediação e venda de viagens e outros produtos turísticos;
- f)** Planeamento, construção, manutenção, gestão, exploração e operação de infraestruturas de estacionamento público urbano, incluindo a de parques e equipamentos destinados a essa finalidade, como terminais rodoferroviários e interfaces intermodais, diretamente ou através da contratação e terceiros para esse efeito mediante o modelo jurídico que se considerar mais adequado;
- g)** Planeamento, construção, manutenção, gestão, exploração e operação de infraestruturas de apoio e suporte à logística urbana e a todos os modos de mobilidade,

nomeadamente de pontos de carregamento de veículos elétricos e infraestruturas associadas à logística urbana;

h) Formação e consultoria no ramo dos transportes, nomeadamente de estudos e projetos na área da mobilidade, estacionamento e acessibilidade urbana, bem como na aplicação de novas tecnologias e métodos de exploração do estacionamento;

Assim, no novo contexto de municipalização das competências de autoridade de transportes operado pelo Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, o Município do Porto considerou que várias das suas competências no âmbito da mobilidade e sobretudo a gestão de infraestruturas de transporte, seriam asseguradas pela STCP Serviços (dotada das novas atribuições) de forma eficiente e integrada com a rede de transporte público da cidade, operada pela STCP, EIM, S.A., através da celebração de um contrato-programa nos termos previstos nos artigos 47.º e 50.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com a finalidade de criar condições para que a STCP Serviços desenvolvesse os seus objetivos estatutários na área da mobilidade e gestão do estacionamento público urbano na área geográfica do Município do Porto.

Assim, em 7 de março de 2022, o Município do Porto e a STCP Serviços celebraram um Contrato-Programa no qual se estabeleceu a missão e os objetivos a prosseguir pela Sociedade para o Município, entre os anos de 2022 a 2025, nas áreas do transporte público e da mobilidade. A natureza das tarefas desempenhadas pela STCP Serviços reconduz-se, deste modo, à previsão das alíneas a) e b) do artigo 45.º e das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 48.º Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

3.6 COMPETÊNCIAS

Através do Contrato-Programa o Município do Porto confiou à STCP Serviços a gestão e operação dos terminais/interfaces da Campanhã, Camélias e Terminal do Bom Sucesso e a operação de vários parques de estacionamento da titularidade do Município do Porto, tais como Trindade, Duque de Loulé, Caminhos do Romântico e Viela do Anjo, e a função de gestor contratual dos parques de estacionamento explorados por operadores privados mediante contrato de concessão.

Considerou, também, o Município do Porto confiar à STCP Serviços a gestão e operação de todos os meios auxiliares à deslocação entre cotas, tais como Funicular dos Guindais, Elevador da Lada, escadas do Monte dos Judeus, entre outros meios mecanizados de ligação entre cotas futuros. Por fim, foi confiada à STCP Serviços a realização de todos os estudos necessários para a operacionalização de serviço de transporte público no ramal da Alfândega.

Mais tarde, em 1 de julho de 2022, e por via de aditamento ao Contrato-Programa, o Município do Porto entendeu delegar na STCP Serviços as suas competências relativamente a outros terminais e interfaces, tais como o Interface da Casa da Música e o Interface da Asprela (Terminais Hospital de S. João e do Polo Universitário), permitindo desta forma que a estratégia municipal relativa a terminais, interfaces e articulação de rede de transporte público fosse assegurada na íntegra de modo contínuo e otimizado.

Ainda por força desse aditamento ao Contrato-Programa o Município do Porto considerou a STCP Serviços a entidade indicada para gerir produtos especiais de âmbito municipal direcionados à utilização e promoção do transporte público de passageiros (incluindo o táxi), no limite da despesa previamente assumida pelo Município.

Para prossecução do seu objeto, compete à STCP Serviços:

- a)** Operação, gestão e exploração de serviço público de transporte regular ou especializado de passageiros, nos modos rodoviário, ferroviário, por carro elétrico ou, ainda, por cabo, incluindo todos os estudos necessários e conducentes a essas atividades;
- b)** Aquisição, locação, construção, instalação, desenvolvimento, manutenção e operação de veículos, equipamentos e infraestruturas destinados ao transporte de passageiros referido na alínea anterior, em qualquer um dos modos;
- c)** Prestação de serviços de logística urbana e planeamento, construção, manutenção, gestão, exploração e operação de infraestruturas de apoio e suporte à mobilidade, nomeadamente de pontos de carregamento de veículos elétricos, plataformas logísticas, centros de consolidação de carga ou armazéns;
- d)** No planeamento, construção, manutenção, gestão, exploração e operação de infraestruturas de estacionamento público urbano, incluindo a de parques e equipamentos destinados a essa finalidade, como terminais rodoferroviários e interfaces intermodais, diretamente ou através da contratação e terceiros para esse efeito mediante o modelo jurídico que se considerar mais adequado;
- e)** Administrar o domínio público e privado dos Municípios participantes da STCP EIM, S.A., ou da própria STCP EIM, S.A., que lhe seja afeto para a prossecução das suas atribuições, bem como o património próprio;
- f)** Fiscalizar nos termos previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 327/98, de 2 de novembro, alterado pela Lei n.º 99/99, de 26 de julho, bem como da legislação que altere ou substitua essas normas, o cumprimento das disposições do Código da Estrada, das normas constantes e legislação complementar e os regulamentos e posturas municipais relativos ao estacionamento público e serviços de apoio à mobilidade urbana.

3.7 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS

Constituem obrigações específicas da STCP Serviços no quadro do exercício das suas atividades previstas no Contrato-Programa:

- a)** Realizar, acompanhar, controlar e fiscalizar a execução de todas as ações solicitadas pelo Município do Porto e garantir perante o Município o cumprimento das obrigações assumidas;
- b)** Satisfação do cliente municipal e dos utentes dos serviços prestados, assegurando elevados parâmetros de qualidade de gestão, quer no que respeita aos meios e processos utilizados, quer no que respeita ao resultado final;
- c)** Racionalização dos custos e encargos com recursos humanos e materiais ao serviço das suas funções, incentivando a especialização organizacional da empresa e dos seus recursos humanos, incluindo a prestação da necessária formação e capacitação de modo a aumentar a capacidade de resposta às solicitações do Município e a garantir o cumprimento dos objetivos municipais;
- d)** Implementação de processos de controlo interno respeitantes à qualidade do serviço que presta ao Município, mantendo um programa de monitorização e avaliação de indicadores do resultado do desempenho organizacional;
- e)** Definir e implementar linhas de orientação sobre boas práticas a seguir no planeamento, execução e controlo dos serviços determinados pelo Município, em consonância com um modelo de custo benéfico;
- f)** Reduzida taxa de desvio de custos nas atividades solicitadas pelo Município, designadamente no plano do suprimimento de erros e omissões e dos trabalhos a mais em trabalhos que envolvam a contratação de empreitadas ou prestações de serviços;
- g)** Atuação no mercado de forma transparente e exigente aquando da contratação de terceiros, em escrupuloso cumprimento das normas legais que enformam a atividade administrativa, nomeadamente promovendo de forma sistemática a consulta ao mercado com um limite mínimo de entidades a convidar de modo a tirar partido dos mercados concorrenciais;

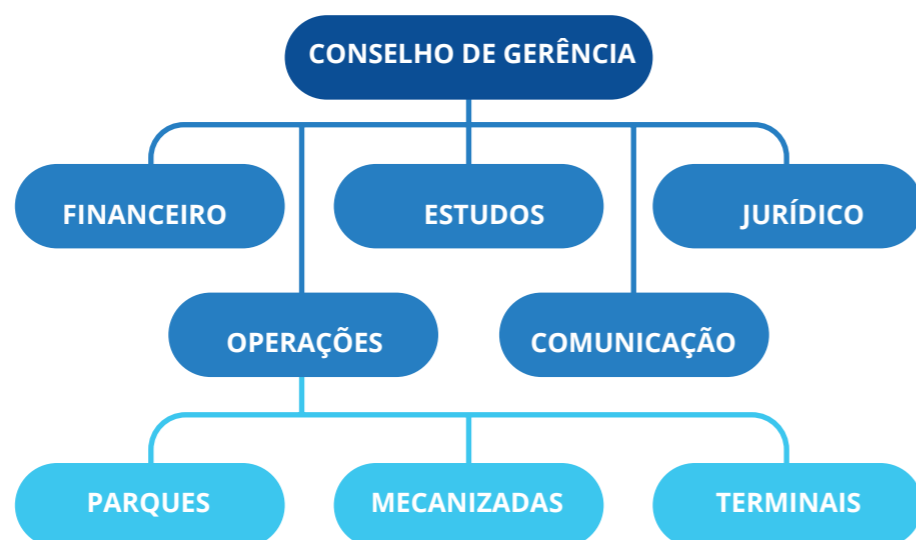
h) Adoção de sistemas de informação adequados ao desenvolvimento da atividade, permitindo o registo exato das atividades executadas, o acompanhamento e monitorização do processo de execução física e financeira dos serviços prestados e, ainda, o cumprimento das obrigações contratuais;

i) Implementação de uma política de gestão organizacional orientada para melhoria contínua da organização, através da fixação de objetivos para as diferentes estruturas da empresa e de objetivos individuais;

j) Por si, ou através dos seus representantes legais ou institucionais, permitir o acesso aos locais de realização das ações e àqueles onde se encontrem os elementos referidos na alínea anterior, para efeitos de acompanhamento, controlo e auditoria pelo Município ou entidade que este designe para o efeito.

3.8 ORGANIZAÇÃO

A estrutura organizacional é liderada pelo Conselho de Gerência e tem cinco departamentos, o Financeiro, o de Estudos, o Jurídico, o de Comunicação e o de Operações que é responsável pela gestão dos Terminais Rodoviários e Interfaces, dos Parques de estacionamento e das Ligações Mecanizadas.



3.9 RECURSOS HUMANOS

O pilar fundamental para o sucesso da Sociedade e consolidação do planeamento estratégico traçado para toda a estrutura orgânica no ano de 2022, continua a ser a aposta numa gestão equilibrada e integrada dos recursos humanos, salientando-se neste ano a consolidação da estrutura orgânica e o reforço dos recursos humanos. Na generalidade, os objetivos operacionais delineados para 2022 como orientações estratégicas da empresa para a área dos recursos humanos foram cumpridos, conforme breve análise que segue.

3.9.1 Gestão Equilibrada e Integrada dos Recursos Humanos

Em linha com decisão estratégica da Sociedade no que respeita à constituição de equipas de trabalho e à consolidação da estrutura orgânica foi adotada uma gestão equilibrada dos recursos humanos, a fim de proporcionar condições de trabalho que favoreçam um bom desempenho e o cumprimento de metas, objetivos e o desenvolvimento das competências de modo a aumentar a capacidade de resposta às solicitações do Município do Porto, no âmbito do Contrato-Programa celebrado, tendo sido aplicadas medidas como horário flexível, no sentido de garantir a compatibilização da vida pessoal e profissional.

Seguindo as determinações do Governo vertidas na reunião do Conselho de Ministros de 8 de setembro de 2022 e, sobretudo na reunião de 28 de setembro de 2022, na qual foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/202, no sentido de promover, na medida do possível, práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos a STCP Serviços implementou um regime híbrido de trabalho, combinando o trabalho remoto com o trabalho presencial sempre que as tarefas a desempenhar se mostrem compatíveis com esta modalidade.

3.9.2 Formação

A STCP Serviços aposta na formação contínua dos seus trabalhadores, valorizando o seu desempenho, proporcionando a formação mais atualizada e orientada às necessidades das suas funções e aos seus interesses pessoais procurando motivá-los a fazerem mais e melhor ao proporcionar o reforço das suas competências e qualificações.

A qualificação dos recursos humanos da STCP Serviços é uma das maiores apostas para o sucesso, que conta com trabalhadores cada vez mais qualificados para o exercício das tarefas e das funções que lhes estão cometidas, apoiando-os a melhorar as suas competências através da participação, designadamente em ações de formação, promovendo, deste modo, a qualificação curricular.

A STCP Serviços propôs-se para 2023, e daí em diante, com a periodicidade anual, na prossecução deste objetivo e no cumprimento das obrigações legais existentes nesta matéria, elaborar o Plano Anual de Formação, resultado duma prévia operação de levantamento de necessidades de formação junto dos trabalhadores.

3.9.3 Balanço social a 31 de dezembro de 2022

O Quadro de Pessoal da STCP Serviços era constituído a 31 de dezembro de 2022 por dez trabalhadores ativos (todos contratados em 2022) e três Gerentes nomeados.

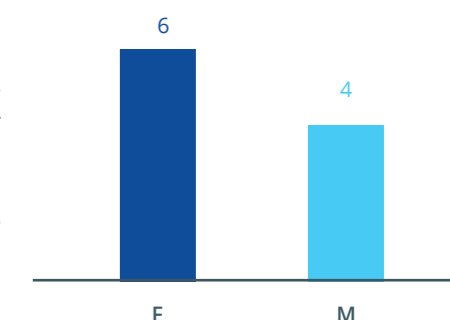
Tendo em conta o vínculo que os dez trabalhadores possuem com a Sociedade contabilizam-se nove trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado (destes nove, 2 trabalhadores estão cedidos pela Câmara Municipal do Porto, mediante acordo de cedência de interesse público e 1 está cedido pela Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A. por acordo de cedência ocasional). Apenas 1 trabalhador tem contrato de trabalho a termo certo.

Em 2022 não se registaram saídas de trabalhadores.

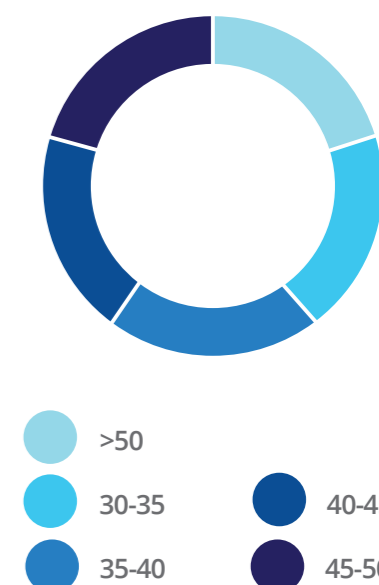
Os recursos humanos da STCP Serviços possuem um nível de qualificação muito elevado e especializado, na sua maioria com habilitações académicas de nível superior, tendo em consideração que dos dez trabalhadores ativos, a empresa tem um trabalhador com doutoramento e sete com grau académico equivalente a mestrado e/ou licenciatura.

Verifica-se ainda que a média etária dos trabalhadores da empresa é de 43 anos, existindo um equilíbrio entre géneros, com uma ligeira preponderância do género feminino, correspondendo a 60% do efetivo.

COLABORADORES POR GÉNERO



COLABORADORES POR ESCALÃO ETÁRIO





4.1 INTRODUÇÃO

O ano de 2022 ficou marcado pela assinatura do contrato-programa com o Município do Porto que permitiu à STCP Serviços assumir um conjunto de competências no âmbito da mobilidade no município do Porto, incluindo a exploração e gestão de um conjunto de equipamentos.

Foi um ano marcado pela incerteza económica e instabilidade decorrente do cenário mundial em que vivemos: recuperação da Covid-19, o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, problemas na cadeia de abastecimento global e a crescente inflação generalizada, têm afetado a economia portuguesa e trazido um clima de instabilidade generalizado.

Ainda assim, o ano de 2022 foi para a STCP Serviços um ano positivo. Acreditamos que em 2023 iremos consolidar todas as iniciativas que começamos em 2022 e continuar a nossa missão de promover a mobilidade sustentável e simplificada, integrando e complementando os vários modos de transporte, tendo o transporte público como a espinha dorsal de uma estratégia de mobilidade.

4.2 CONTEXTO MACROECONÓMICO

A economia portuguesa cresceu 6,7% em 2022, refletindo a consolidação da recuperação económica de 2021 após a forte quebra económica provocada pela Covid-19 em 2020. Para o ano de 2023 segundo o boletim económico do Banco de Portugal o crescimento económico situar-se-á em 1,5% expandindo-se a um ritmo próximo de 2% em 2024 e 2025. As projeções da OCDE relativamente ao crescimento económico para Portugal são ligeiramente mais pessimistas prevendo o crescimento de 1% para 2023 e 1,2% em 2024.

Relativamente ao turismo, um setor com forte impacto na nossa atividade, segundo o Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2022 foi um ano de forte recuperação voltando a níveis pré-pandemia, para 2023 projetam crescimento de 5%.

No que concerne à inflação o Banco de Portugal estima que, após os valores elevados de 2022 de 7,8%, esta possa reduzir gradualmente para 5,8% em 2023, 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025. O valor elevado da inflação tem impacto negativo sobre a atividade económica e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos.

A taxa de desemprego em 2022 foi de 6%, o que traduz uma taxa de desemprego historicamente baixa, perspetivando-se uma estabilização do emprego e da taxa de desemprego em 2023-25, estimando-se que o mercado de trabalho esteja próximo do pleno emprego, continuando a existir relatos de dificuldades na contratação de pessoal.

O aumento de salários no setor privado em 2022 foi de cerca 5,4%. O Banco de Portugal estima que para 2023 e anos seguintes o aumento médio seja semelhante a 2022 refletindo o aumento do salário mínimo. O aumento de 2022 em termos reais, corrigido do efeito da inflação corresponde a uma perda de 1%. Prevê-se que este efeito em 2023 represente um aumento quase nulo dos salários reais.

Relativamente ao investimento este desacelerou para 1,3% em 2022, projetando-se crescimentos de 2,9% em 2023 e de 4,9%, em média, em 2024-25, atendendo aos impactos da entrada de fundos da União Europeia, em particular dos associados ao PRR, deverá contribuir para suportar o investimento empresarial em 2023-25.

As previsões para 2023 têm um contexto de forte incerteza, de destacar como risco a possibilidade de repercussões mais adversas do conflito na Ucrânia, em particular, no impacto sobre abastecimento de energia à Europa e uma nova escalada de preços. De salientar também a conflitualidade geoestratégica e geopolítica que está a afetar fortemente as cadeias de abastecimento, os riscos e impacto de uma inflação elevada. Existem também riscos associados à subida de taxas de juro nas principais economias avançadas, com impacto nas condições de financiamento. Este fator associado à inflação poderá ter repercussões sobre as decisões de consumo e de investimento.

4.3 ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2022

A STCP Serviços tem perante o Município do Porto a obrigação de assegurar a gestão, operação e manutenção de várias infraestruturas e equipamentos de apoio ao sistema de transporte, nomeadamente terminais rodoviários, parques de estacionamento e ligações mecanizadas. Além disso, a STCP Serviços tem também a seu cargo o desenvolvimento de estudos estratégicos em diversas áreas da mobilidade e a gestão e acompanhamento de produtos especiais de âmbito municipal direcionados à utilização e promoção do transporte público de passageiros.

4.3.1 Ligações Mecanizadas

FUNICULAR DOS GUINDAIS

O Funicular dos Guindais permite a ligação entre a praça da Batalha e a zona da Ribeira. É uma instalação para transporte de pessoas cujos veículos, tracionados por um cabo, se deslocam sobre carris. A STCP Serviços garantiu por via de contrato de prestação de serviços com a Liftech, em que se procedeu à cessão de posição contratual do Município para a STCP Serviços, a operação e manutenção deste equipamento em 2022.

Em 2022, foi avaliada a necessidade de substituição do sistema de comando do funicular dos Guindais (sistema instalado há 20 anos) por um de tecnologia atual, mais fiável e cujo desempenho contribuirá, seguramente, para a reposição da disponibilidade da instalação em níveis elevados e próprios dos funiculares. Assim, foi realizada em 2022 a preparação de todas as peças necessárias para o futuro lançamento de um procedimento com vista à modernização deste sistema, cuja antiguidade dos componentes eletrónicos e eletromecânicos têm dificultado a sua reparação e a aquisição de novos componentes atendendo a que o sistema está em funcionamento desde 2003.

Atualização do tarifário

A 17 de agosto, arrancou-se com a atualização do tarifário que não era revisto desde 2015, com um preço desajustado, quer no que respeita à procura, quer por comparação com os preços praticados em serviços de natureza semelhante. Assim a partir de 17 de agosto, o custo de uma viagem passou de 2,5€ para 4€.

Para além disso, aos títulos Funi Adulto e Funi Júnior, válidos para uma viagem, juntaram-se dois novos títulos: o Funi Adulto Ida e Volta e o Funi Junior Ida e Volta, que possibilitam ao utilizador fazer uma viagem ascendente e outra descendente, por um valor com desconto.

Paragem da Operação e Operação com apenas 1 veículo

Em 30 de março, decorrente da inspeção de rotina realizada aos cabos de tração que ligam os veículos, por questões de segurança, foi determinada a paragem da operação até que fossem instalados novos cabos na instalação.

Face ao prazo estimado pela empresa responsável pela operação e manutenção de 4 meses para a conclusão dos trabalhos, foi garantido por aqueles um serviço alternativo através de minibus de 9 lugares. Esse serviço esteve em vigor desde 13/04 até 01/08. No dia 6 de agosto ocorreu um incidente com o veículo 1, tendo inutilizado o uso do mesmo. Assim, desde o dia 11 de agosto que o serviço foi operacionalizado apenas com um veículo, na sua capacidade total, tendo ficado concluída no final de janeiro de 2023 a reparação e recolocação em serviço da cabine que irá permitir um serviço mais adequado e eficaz.

Resultados

Apesar dos constrangimentos, no período de 11 de abril a 31 de dezembro de 2022, foram feitas 23702 viagens, vendidos 152078 títulos e realizadas 6887 validações cartões Porto. O horário de fecho do Funicular é estendido por duas horas às sextas e sábados, correspondendo esses dias a uma média de 35,87% do total de clientes.

ELEVADOR DA LADA

O Elevador da Lada ou Ascensor da Lada pretendeu facilitar o acesso a zona central do Barredo, utilizando meios mecânicos. É um elevador vertical panorâmico, funcionando no interior de uma torre metálica reticulada aberta, com 33,9 metros de altura, seguida de um passadiço metálico aberto com piso de madeira e cobertura metálica, com 20 metros de comprimento.

Dada a sua localização privilegiada na ribeira do Porto, iniciou-se em 2022 o estudo da diversificação do uso do mesmo, com a possibilidade de uma exploração comercial numa vertente turística. Para tal, considerou-se necessário avaliar o estado da estrutura para diferentes utilizações, pelo que foi adjudicado um estudo para a verificação estrutural do Elevador para o poder vir a adaptar a novas funções, bem como consequente projeto de intervenção capaz de proporcionar essa funcionalidade à estrutura. De abril a dezembro de 2022, realizaram-se 19.252 viagens no Elevador da Lada, com 48.754 utilizadores.

ESCADAS MECANIZADAS MONTE DOS JUDEUS

As escadas mecânicas do Monte dos Judeus estão instaladas em Miragaia, ligando o Largo da Alfândega à Rua do Monte dos Judeus. São compostas por três escadas mecânicas instaladas ao ar livre, bidirecionais do tipo *heavy-duty*, de instalação no exterior, com cerca de 10, 11 e 23 metros cada. O circuito de CCTV instalado permite a visualização das escadas a partir do Centro de Gestão Integrada do Município, assim como a monitorização do sistema de alertas das escadas é feita a partir daí.

A assistência técnica e manutenção das Escadas Mecânicas do Monte dos Judeus foram asseguradas pelo contrato CPG/55/2020/DMC com a Liftech, S.A.

Os contratos de operação e manutenção do Elevador da Lada e do Funicular dos Guindais e da assistência técnica e manutenção das Escadas Mecânicas do Monte dos Judeus terão o término da sua execução no início de 2023. De for-

ma a assegurar atempadamente a continuidade dessas prestações de serviços e com vista ao regular e contínuo funcionamento daquelas infraestruturas nas condições de segurança legalmente exigidas, foram preparadas todas as peças concursais conducentes ao lançamento de concurso com publicidade internacional para a prestação do serviço de operação e manutenção do Funicular dos Guindais, do Elevador da Lada e das Escadas Mecanizadas Exteriores de Miragaia (Monte dos Judeus). O procedimento decorreu sem fatos relevantes a salientar, tendo sido adjudicado a Liftech S.A. e tendo obtido o visto do Tribunal de Contas no início de 2023.

4.3.2 Terminais Rodoviários

A STCP Serviços assegurou em 2022 a exploração, gestão e manutenção de três terminais rodoviários e preparou a entrada em operação do Polo Intermodal da Asprela, constituído por dois terminais rodoviários.

Numa política de gestão integrada da rede de transporte público, os terminais e polos intermodais são peças chave no sucesso do exercício da mobilidade plena dos cidadãos. Nesse sentido, a cidade do Porto dispõe de um conjunto de terminais rodoviários em fase de implementação que visam a plena articulação entre os vários modos de transporte, bem como os diferentes tipos de viagem, com o sistema de transporte público urbano. Nessa estratégia, o Terminal Intermodal de Campanhã, pela sua dimensão e localização é uma peça chave do sistema, tendo sido inaugurado em julho de 2022, pela mão da STCP Serviços marcando o momento de mudança para um sistema de mobilidade mais integrado e sustentável.

TERMINAL INTERMODAL DE CAMPANHÃ (TIC)

Desde o início da reativação da empresa, o TIC esteve no foco da atenção da STCP Serviços, que em 3 meses garantiu o cumprimento do período de preparação da operação do TIC por parte da Mota Engil - ATIV, que garante a operação e manutenção diária do Terminal.

Em 3 meses preparatórios, foi assegurada a instalação de equipamentos essenciais ao funcionamento de todas as áreas do Terminal, bem como a formação de todo o pessoal permitindo que em 20 de julho de 2022, fosse inaugurado o tão esperado Terminal Intermodal da região Norte.

O TIC é uma infraestrutura distribuída por dois pisos e ligada, através de uma passagem pedonal inferior, aos serviços de comboios regionais, intercity, internacionais e suburbanos da IP/CP, aos serviços de Metro ligeiro e serviços de transporte urbano STCP. Este Terminal é um hub concentrador e distribuidor de fluxos, libertando o centro urbano da circulação de veículos pesados de passageiros que não os de sistema de transporte urbano, e ainda de veículos ligeiros, contribuindo assim para a redução das emissões de carbono no centro da cidade.

Disponibiliza aos passageiros um serviço uniforme independentemente do tipo de serviço de transporte rodoviário utilizado, com toda a informação integrada, um parque de estacionamento e ainda serviços de apoio como cafetaria, loja de conveniência, instalações sanitárias e sala de espera.

Aos operadores são proporcionadas todas as condições necessárias para os seus motoristas, todos os serviços de bilheteira, despacho, informação a clientes, informação em tempo real, de forma uniformizada a todos eles, sem custos acrescidos para além do tarifário de acesso ao Terminal.

O Terminal Intermodal de Campanhã (TIC) recebeu mais de um milhão de passageiros desde a sua inauguração a 20 de julho de 2022. Só durante o mês de dezembro mais de 300 mil pessoas chegaram ou partiram de Campanhã. Nas horas de mais tráfego, o TIC chega a receber um autocarro por minuto.

Com sete transportadoras a operarem no terminal, viu a sua oferta triplicar em novembro com o aparecimento de novas linhas e a transição de toda a operação da rede de serviços expressos de um outro terminal da cidade.

Adaptação do TIC para paragem de novos operadores

Em novembro e com a chegada de mais um operador, o TIC triplicou a oferta de linhas. Com esta mudança, procedeu-se a algumas alterações no terminal como:

- A criação de uma zona de reforço dos cais;
 - Mais sinalética de encaminhamento;
 - Um reforço da equipa de apoio ao cliente.
- A STCP Serviços trabalhou com todas as entidades envolvidas para garantir a minimização do impacto para os passageiros.

TERMINAL DAS CAMÉLIAS

O Terminal Rodoviário das Camélias localiza-se na Rua de Augusto Rosa e permite organizar o serviço interurbano em transporte público pesado de passageiros na zona Sul da Cidade do Porto, de modo a reduzir o volume de circulações de autocarros no centro da cidade.

De forma a garantir maiores condições de acessibilidade, segurança e conforto aos passageiros e seus acompanhantes, quer no acesso aos diferentes cais, quer aos equipamentos de apoio (sala de espera e instalações sanitárias), a 26 de setembro foi adjudicada pelo Município do Porto a obra de reabilitação do Terminal Parque das Camélias, com o acompanhamento da STCP Serviços.

Os objetivos dessa intervenção, que estará concluída no final do primeiro trimestre de 2023, são a renovação dos pavimentos dos cais de espera e garantia da acessibilidade na circulação pedonal com rebaixamento dos atravessamentos, a colocação de novos toldos de proteção às zonas de espera, a criação de acessos aos novos equipamentos a instalar (sala de espera e instalações sanitárias), a organização do estacionamento dos pesados de passageiros e o reforço da iluminação pública.

O Terminal manteve-se operacional durante toda a intervenção, com 2 cais operacionais, para garantir a oferta do serviço de transporte público da área metropolitana.

TERMINAL DO BOM SUCESSO

Localizado no Largo Ferreira da Lapa, o Terminal do Bom Sucesso funciona em articulação com o Interface Casa da Música, no denominado Polo Intermodal da Boavista.

É composto por 3 cais de embarque, cobertos por uma estrutura metálica enviaçada, e uma paragem de autocarro com abrigo.

No Terminal existe uma loja Andante, um quiosque de venda de jornais e uma sala de motoristas da STCP.

Este Terminal é utilizado por serviços de transporte público eminentemente urbano e é de utilização gratuita. É afeto à rede urbana e interurbana.

A STCP Serviços realiza a gestão do terminal. Em 2022, esteve em curso a obra do poço de emergência e ventilação da linha Rosa da Metro do Porto tendo sido assegurada a operacionalidade do Terminal em simultâneo com a realização da obra.

POLO INTERMODAL DA ASPRELA

O Polo Intermodal da Asprela é composto pelo Terminal do Hospital de São João (Alameda do Professor Hernâni Monteiro e Estrada da Circunvalação) e pelo Terminal do Polo Universitário (Rua Alfredo Allen).

O Terminal do Hospital de São João é partilhado entre a Metro do Porto, a STCP, EIM, S.A. e algumas linhas de operadores privados. Com uma capacidade instalada de 19 lugares garante a articulação da rede urbana e de atravessamento da EN12.

O Terminal do Polo Universitário, na Rua Alfredo Allen, garante a articulação entre os serviços intermunicipais e expressos com a rede de Metro, incluindo ainda uma área dedicada ao tempo de suporte para autocarros.

Em ambos os terminais e nas zonas de cais de embarque/desembarque, decorreu em 2022 a instalação de elementos de apoio, em particular, bilheteira, cafe-

taria, WC e sala de espera, assim como a melhoria da acessibilidade aos cais, prevenindo-se a conclusão de todos os trabalhos deste polo no início do 2º trimestre de 2023.

Proposta de alteração do Regulamento dos Terminais Rodoviários e Interfaces de Transporte Público

A STCP Serviços elaborou uma proposta de alteração das normas de utilização e funcionamento dos Terminais Rodoviários e Interfaces de Transporte Público para permitir uma gestão mais eficiente e otimizada dos Terminais.

Website dos Terminais Rodoviários e Interfaces de Transporte Público

A STCP Serviços colaborou na definição de requisitos e na preparação dos conteúdos para o website Terminais Rodoviários e Interfaces de Transporte Público da cidade do Porto.

Atualização do tarifário

A 25 de julho de 2022 foi aprovado em reunião do Executivo Municipal, a proposta apresentada pela STCP Serviços de alteração do Tarifário de Terminais e Interfaces constante da Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais, que integra o Anexo G_4 do Código Regulamentar do Município do Porto, de modo a incluir o valor do IVA no valor da tarifa a aplicar no Terminal Intermodal de Campanhã e no Terminal Parque das Camélias.



4.3.3 Parques de Estacionamento

A STCP Serviços assumiu integralmente a gestão direta dos parques de estacionamento da Trindade, Duque de Loulé, Caminhos do Romântico e Viela do Anjo, desde o dia 01 de junho de 2022. Com a inauguração do TIC, a 20 de julho, e com a abertura do parque, a STCP Serviços passou a gerir uma oferta global de 857 lugares de estacionamento localizados na cidade do Porto.

Nos parques de estacionamento geridos pela STCP Serviços são disponibilizadas opções de estacionamento de curta, média e longa duração: estacionamento em regime de rotação, títulos de estacionamento pré-pagos (48 e 72 horas) e avenças mensais, com preços diferenciados para comerciantes e residentes.

O parque de estacionamento do Terminal Intermodal de Campanhã, incluído na prestação de serviços de operação e manutenção do TIC, dispõe de uma oferta de 230 lugares e disponibiliza, a par das avenças mencionadas anteriormente, tarifas combinadas de Park&Ride, nomeadamente com a bilhética Andante (assinaturas mensais e título ocasional), bem como com títulos dos operadores de transporte rodoviário a operar no Terminal.

Via Verde Parques

O serviço de pagamento do estacionamento através da Via Verde está disponível nos parques da Trindade e Duque de Loulé desde o dia 12 de setembro, respondendo assim a uma das recomendações mais recorrentes dos utilizadores dos Parques. A pertinência da disponibilização deste serviço é confirmada pela elevada adesão dos utilizadores: desde a entrada em funcionamento do serviço e até ao final do ano de 2022, cerca de 35% das transações registadas nos parques de estacionamento haviam sido processadas através do serviço Via Verde, num total de mais de 33 mil transações.

A disponibilização do serviço Via Verde Parques representou uma diminuição significativa do volume de pagamentos efetuados através de numerário, permitindo assim otimizar a frequência das operações de recolha e aprovisionamento de numerário nas Máquinas de Pagamento Automático.

Revisão e atualização de tarifários

Tendo verificado que as tabelas de preços em vigor nos parques de estacionamento não eram objeto de atualização há mais de 4 anos, que os valores cobrados pelas avenças mensais não se apresentavam coerentes no conjunto dos parques sob gestão da STCP Serviços e verificando uma manifesta desadequação dos preços praticados em determinados produtos de caráter marcadamente turístico, a STCP Serviços procedeu à revisão destes tarifários. Do processo de revisão resultou uma proposta de atualização das tabelas de preços em vigor nos parques de estacionamento municipais, aprovada pela Assembleia Municipal e que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2023.

4.3.4 Exploração Comercial e Outros Serviços

Procurando não só rentabilizar os equipamentos sob sua gestão, mas também proporcionar um melhor serviço aos clientes dos vários espaços geridos pela STCP Serviços, em 2022, procurou-se assegurar o estudo de outras formas de exploração comercial destes espaços e a instalação de alguns serviços.

MÁQUINAS DE VENDING

No final do mês de novembro de 2022 foi contratualizada a instalação de máquinas de vending nos parques de estacionamento da Trindade e Duque de Loulé, no Terminal Intermodal de Campanhã e no Funicular dos Guindais, proporcionando aos utilizadores a possibilidade de adquirirem bebidas quentes, águas e lanches, complementando os serviços disponibilizados nas infraestruturas geridas pela STCP Serviços.

ATMS

Com o objetivo de melhorar e diversificar os nossos serviços, foi também contratualizada com a Euronet 360 Finance Limited Sucursal Em Portugal (Euronet) a prestação de serviços de gestão e operação de Caixas Automáticas (ATM).

Os ATMs são equipamentos que vão disponibilizar serviços de grande conveniência para a população, principalmente o levantamento de numerário, tornando os locais mais atrativos, potenciando assim o nosso negócio principal.

As vantagens da oferta Euronet incluem cobrir toda a cadeia de valor de Operações ATM e serviços de gestão incluindo instalação e operações dos terminais, fornecimento de dinheiro, processamento de transações, gateways para os sistemas de cartões, liquidação financeira e reconciliação, gestão de BINs e produção de relatórios. Utilizam um software proprietário para ambos front-end (ATM) e back-end (host), no controlo total de todo o desenvolvimento e completamente flexível em termos de evolução de novas capacidades de operação/funcionalidade, garantindo total autonomia face a terceiros.

Os ATMs criam um fluxo de receitas recorrentes de longo prazo, sem risco, necessidade de investimento, ou qualquer outra responsabilidade, resultantes do pagamento de uma compensação mensal pela sua instalação.

4.3.5. Estudos

LOGÍSTICA URBANA

No prosseguimento dos objetivos estabelecidos no Contrato-Programa, a STCP Serviços deu início ao desenvolvimento de um estudo com vista à implementação de uma rede de equipamentos que permita satisfazer, de forma mais eficiente, as necessidades do Município no domínio da logística urbana e para o cumprimento dos objetivos definidos e assumidos no Plano de Logística Urbana Sustentável aprovado pela Assembleia Municipal de 15 de novembro de 2021. No âmbito deste projeto, a STCP Serviços tem reunido

regularmente com alguns dos principais agentes da logística urbana da cidade do Porto no sentido de identificar as principais lacunas e eixos de atuação prioritários, bem como eventuais modelos de negócio e boas práticas com potencial de replicação e extensão a todo o território do Município do Porto, no sentido de preparar um projeto piloto para implementar em 2023.

RAMAL DA ALFÂNDEGA

A STCP Serviços promoveu o desenvolvimento de um estudo para a definição do modelo de operação e da viabilidade económica e financeira com vista à utilização do espaço canal do ramal da Alfândega para uso em transporte público, através da aquisição de um serviço de consultoria técnica especializada. Nesse sentido, está em curso o estudo adjudicado à Trenmo – Engenharia, S.A. no âmbito de um procedimento pré-contratual para o qual foram convidadas 5 entidades, desenvolve-se em duas fases distintas:

- **Fase 1:** diagnóstico que inclui a avaliação da procura existente e potencial; a avaliação e proposta da inserção física e funcional do percurso; a avaliação custo/benefício macro das alternativas rodoviária e ferroviária;
- **Fase 2:** avaliação económica e financeira, incluindo: avaliação da estimativa da receita; definição do material circulante, número de veículos e frequência; análise custo/benefício da solução definida na fase 1; enquadramento regulamentar e a definição do programa para lançamento do concurso de conceção e das especificações técnicas para lançamento do concurso de aquisição de veículos. A Fase 1 foi concluída, dentro do prazo previsto, com a entrega de uma base de dados em suporte informático com a informação tratada dos inquéritos e do relatório com a síntese e análise da Fase 1.

OUTROS ESTUDOS

Foi apresentada uma proposta para elaboração do estudo de viabilidade económico-financeira para o percurso turístico entre o Terminal de Cruzeiros e a Praça Cidade São Salvador, solicitado pela Câmara Municipal de Matosinhos à STCP Serviços.

4.3.6. Gestão de Produtos Especiais

TÁXI SAÚDE +65

Acordo de colaboração entre o Município do Porto e as centrais de Táxi para o apoio ao transporte em táxi dos munícipes com idade igual ou superior a 65 anos, portadores de cartão Porto., de e para os hospitais ou unidades de saúde do SNS e hospitais privados.

No ano 2022, o programa Táxi Saúde +65 possibilitou a realização de 14.627 deslocações.

ANDANTE PORTO.

Protocolo Andante Porto. prevê uma assinatura Andante gratuita oferecida pelo Município a jovens com domicílio fiscal no Município do Porto ou que comprovem residir e estudar no Porto, com idades entre os 13 e 18 anos.

No ano 2022, o título de transporte Andante 13-18 beneficiou mais de 8 mil jovens portuenses.



4.4 REMUNERAÇÃO E PRÉMIOS

4.4.1 Remuneração dos membros dos órgãos de gerência e de fiscalização

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei 151/2019, de 11 de outubro, são aplicáveis à STCP Serviços, enquanto sociedade detida pela STCP, EIM, S.A., as disposições constantes dos n.ºs a 4 e 6 a 8 do artigo 28.º e no artigo 29.º do Estatuto do Gesto Público, aprovado Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual.

Assim, de acordo com o definido no n.º 1 do artigo 8.º dos seus Estatutos a nomeação e fixação da remuneração dos Gerentes da STCP Serviços e os termos do respetivo pagamento são determinados por deliberação da Assembleia Geral no início do mandato de cada membro do órgão social. A remuneração do Fiscal Único é determinada por deliberação da Assembleia Geral e definida através de contrato de prestação de serviços, nos termos do disposto no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os Gerentes podem gozar dos benefícios, designadamente no que respeita a benefícios sociais, nos termos que sejam concretizados pela Assembleia Geral, desde que:

- Não seja permitida a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da STCP Serviços;
- Não seja permitido o reembolso de despesas de representação pessoal;
- O valor máximo das despesas relativas a comunicações (telemóvel, telefone de casa ou internet) cumpra o previsto no artigo 32.º, n.º 3 e n.º 4 do EGP;
- A utilização de viaturas de serviço ocorra nos termos fixados no artigo 33.º do EGP;
- Apenas possam gozar dos benefícios sociais conferidos aos trabalhadores da STCP Serviços nos termos que venham a ser concretizados nos termos previstos no artigo 34.º do EGP;
- Em matéria de pensões, beneficiem do regime geral da segurança social, salvo nos casos em que optarem por um regime diferente.

Os três elementos do Conselho de Gerência auferiram, no ano de 2022, as seguintes remunerações:

Membro Gerência	Remuneração Anual					
	Fixa (1)	Variável (2)	Sub. Refeição (3)	Valor Bruto (4)=(1)+(2)+(3)	Reduções Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6)=(4)-(5)
Paulo Ferreira	66 088,59 €	100,24 €	1 780,59 €	66 188,83 €	2 797,87 €	65 171,55 €
Teresa Stanislau	63 418,34 €	100,24 €	1 780,59 €	63 518,58 €	2 797,87 €	62 501,30 €
Alberto Machado	45 311,72 €	0,00 €	1 225,98 €	45 311,72 €	1 898,82 €	44 638,88 €
	174 818,65 €	200,48 €	4 787,16 €	175 019,13 €	7 494,56 €	172 311,73 €

(1) O valor da Remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções) + diuturnidades.

(2) A remuneração variável inclui ajudas de custo.

(5) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Para além da remuneração acima indicada, os gerentes auferem as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Valor mensal do combustível, eletricidade e portagens afeto às viaturas, correspondente a um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;
- b) Abono para despesas com comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, no montante máximo mensal de 80,00€;
- c) Subsídio de refeição de valor igual ao auferido pelos demais trabalhadores da empresa, de montante diário de € 9,73;
- d) Seguro de saúde, a título de benefício social de aplicação generalizada a todos os trabalhadores, com exceção dos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez nos termos do disposto no artigo 34.º do Estatuto do Gestor Público;
- e) Viatura para uso pessoal, cujo valor máximo da renda mensal do aluguer operacional está fixado em 900,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O Fiscal Único auferiu, no ano de 2022, as seguintes remunerações:

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato
2022 - 2025	Revisor Oficial de Contas	MAZARS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.	51	20161394	AG	26/01/2022	N/A

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
MAZARS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.	5 500,00 €	0,00 €	5 500,00 €	Relatório e Parecer suporte ao Contrato-Programa	950€	0,00 €	2 850,00 €
				Relatório e Parecer ao IGP de 2022 a 2025	950€		
				Relatório e Parecer ao IGP de 2023 a 2025	950€		

Não foram pagos quaisquer prémios aos membros do Conselho de Gerência e ao Fiscal Único.

A STCP Serviços não remunera os membros do Conselho de Gerência e ao Fiscal Único através de participação nos seus lucros.

4.4.2 Remuneração dos trabalhadores

A definição dos valores das remunerações dos trabalhadores é da competência do Conselho de Gerência. Os trabalhadores auferem a remuneração a que têm direito como contrapartida pelo seu trabalho, sendo determinada em função das habilitações académicas, da experiência e competências profissionais acumuladas e das funções exercidas.

O valor da remuneração fixa estabelecida para trabalhadores da STCP Serviços varia consoante a categoria de carreira em que o mesmo desempenha funções, técnica ou administrativa. Adicionalmente, e caso aplicável, podem ser reconhecidos para além da remuneração base, outros tipos de retribuição, tais como subsídios de alimentação e ajudas de custos.

A revisão salarial encontra-se sujeita à legislação e regulamentação aplicável à STCP Serviços e às limitações estipuladas, em cada momento, para o setor empresarial do Estado.

Não foram pagos quaisquer prémios aos trabalhadores.

A STCP Serviços não remunera os trabalhadores através de participação nos seus lucros.

Os gastos com o Pessoal apresentaram a seguinte distribuição:

Trabalhadores						
Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Sub. Refeição	Ajudas Custo	Encargos sobre Remunerações	Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Acidentes Pessoais
196 186,37 €	1 609,55 €	12 619,81 €	89,35 €	47 439,00 €	1 784,14 €	1 523,38 €

4.4.3 Indemnizações por cessação de funções

Não são pagas nem são devidas quaisquer indemnizações ou pagamentos relativamente à cessação de funções, excetuadas as situações legalmente previstas, competindo à Assembleia Geral fixar o montante máximo de todas as compensações a pagar aos membros da Gerência, em virtude da cessação de funções, desde que não ultrapasse os limites legais previstos para este tipo de compensações.

4.5 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Conforme já acima referido parte da atividade da STCP Serviços é suportada por um documento contratual subscrito com o Município de Porto – o Contrato Programa e seu aditamento. Este documento determina, concretiza e especifica os objetos imediatos e a delegação de poderes, nos domínios da mobilidade, logística urbana e gestão de estacionamento público e suas infraestruturas na área geográfica do Município do Porto.

O ano de 2022 foi um ano de relançamento da Empresa no sector da mobilidade urbana, e o impacto na STCP Serviços foi bastante significativo, quer ao nível da receita, quer ao nível de gastos.

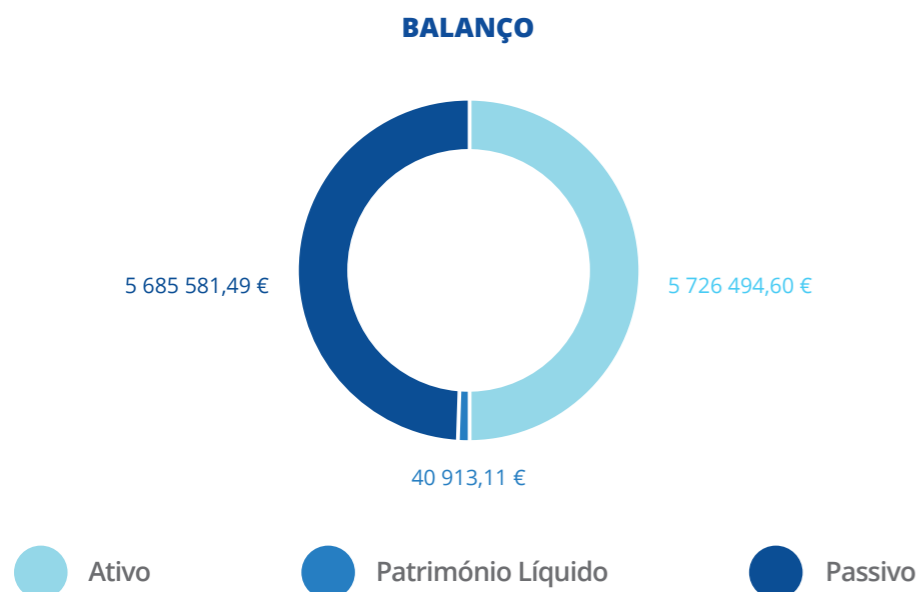
É preocupação diária da Empresa assegurar que os recursos existentes, tanto humanos como materiais, estão a ser usados de forma racional e consciente de forma a consolidar a sustentabilidade financeira futura.

A satisfação dos nossos Clientes, continua a ser um objetivo primordial para a Empresa, procurando sempre proporcionar uma prestação de um serviço de excelência e de qualidade.

O presente documento sintetiza os resultados alcançados pela STCP Serviços durante o ano de 2022, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro. Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

4.5.1. Balanço

O Balanço é o instrumento contabilístico que espelha a situação económica financeira, demonstrando em determinado momento (neste caso a 31 de dezembro) toda a situação patrimonial da Empresa (Ativo, Património, Passivo, Dívidas e Capital).



Ativo

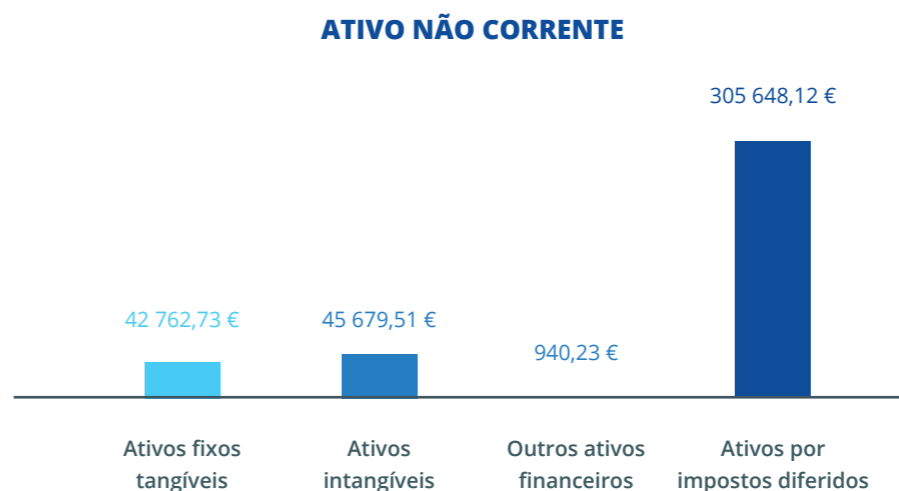
O Ativo Total da STCP Serviços atingiu o montante de 5.726.494,60 euros, sendo que o Ativo Não Corrente representa apenas 6,90% e o Ativo Corrente os restantes 93,10%.

Ativo Não Corrente

A STCP Serviços no decorrer do ano de 2022 investiu cerca de 42.762,73 euros em Ativos Fixos Tangíveis. Cerca de 54,96% deste montante diz respeito à aquisição de equipamento administrativo.

Os movimentos ocorridos nos Ativos Intangíveis, incluem o investimento em Programas de computador e sistemas de informação, de cerca de 77,15%.

O Ativo Não Corrente apresenta ainda o valor de 305.648,12€ referente aos Ativos por impostos diferidos constituídos pelo Resultado Líquido do exercício.



Ativo Corrente

O Ativo Corrente é constituído principalmente pela rubrica de Caixa e Depósitos, representando 84,48% do Ativo. Este valor deve-se sobretudo ao Subsídio de Exploração recebido pelo Município do Porto, no âmbito do Contrato-Programa.



A rubrica de Clientes incluiu as dívidas de clientes no montante de 401.660,13 (conforme mapa de antiguidade) e Perdas por Imparidade acumuladas no valor de 1.285,10 euros.

Total Pendente	Não Vencidos	- 60 dias	+ 60D e -90D	+ 90D e -120D	+120 dias
401 660,13 €	9 717,06 €	206 224,29 €	116 000,81 €	62 746,77 €	6 971,20 €

Na rubrica Estado e Outros Entes Públicos no valor de 350.606,68 euros diz respeito ao IVA a recuperar no final do período.

A rubrica Créditos a Receber no valor 69.040,68 euros evidencia na sua maioria os montantes a receber relativo a acréscimos de rendimentos referentes ao mês de dezembro (a receber em 2023).

Património Líquido

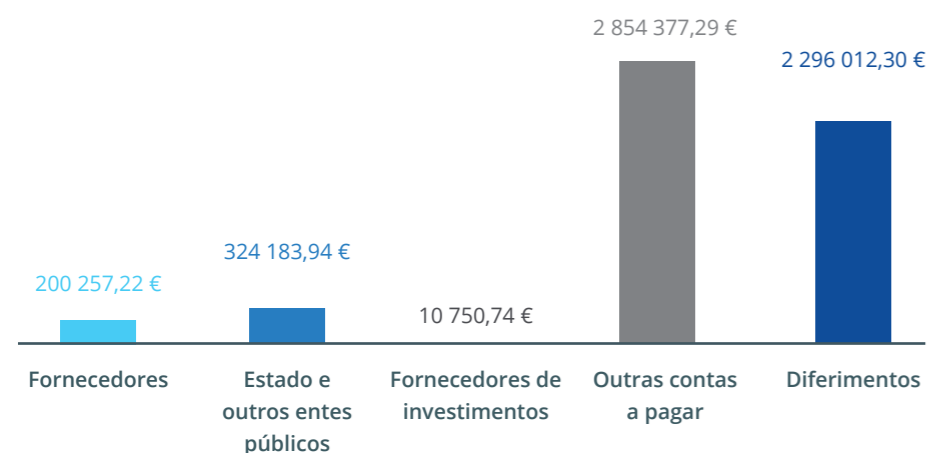
A STCP Serviços tem um capital estatutário de 100.000 euros, totalmente detida pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.

No final do exercício, a Empresa apresenta um Resultado Líquido de 0,00 (zero) euros.

Passivo Corrente

No final do exercício de 2022, o total do Passivo Corrente fixou-se nos 5.685.581,49 euros.

PASSIVO CORRENTE



A rubrica de Fornecedores ascende ao montante de 200.257,22 euros no final do exercício e dizem respeito às faturas dos fornecedores conforme mapa de antiguidade infra:

Total Pendente	Não Vencidos	- 60 dias	+ 60D e -90D	+ 90D e -120D	+120 dias
200 257,22 €	192 235,27 €	4 325,07 €	36,90 €	- €	3 659,98 €

As dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos totalizam o montante de 324.183,94 euros e relevam o IRC a pagar do ano de 2022.

A rubrica Contas a Pagar representa 50,20% do Passivo Corrente inclui os acréscimos de gastos de remunerações a liquidar em 2023, referente a férias e subsídio de férias no valor de 73.894 euros, bem como ao acréscimo registado das operações que dizem respeito ao ano de 2022 e que a sua faturação será realizada em 2023.

Com 40,38% do Passivo, a rubrica de Diferimentos diz respeito principalmente a Transferências e subsídios obtidos que será executado em 2023.

4.5.2 Fluxos Financeiros

Fluxos caixa	2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais	4 572 080,64 €
Recebimentos	7 214 110,48 €
Pagamentos	- 2 642 029,84 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento	- 108 008,67 €
Recebimentos	- €
Pagamentos	- 108 008,67 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	- €
Recebimentos	- €
Pagamentos	- €
Variação de caixa e seus equivalentes	4 464 071,97 €

As Atividades Operacionais no ano de 2022 geraram um *cash flow* positivo de 4,5 milhões de euros.

Os recebimentos incluem entre outros, a receita de bilheteira das ligações mecanizadas, as avenças e rotações dos parques, a faturação dos terminais, bem como as compensações financeiras pagas pelo Município.

Os pagamentos referem-se ao normal funcionamento operacional da STCP Serviços, nomeadamente pagamentos ao pessoal, a fornecedores e outros credores.

Os Fluxos das Atividades de Investimento foram negativos, no total de 108 mil de euros. Os pagamentos referem-se aos investimentos realizados em 2022.

4.5.3 Resultados e EBITDA

A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas, isto é, releva os rendimentos e os gastos ocorridos num determinado período de tempo, que no caso da STCP Serviços é de um ano.

Rendimentos e Gastos	2022
Impostos, contribuições e taxas	217 144,69 €
Prestações de serviços e concessões	1 084 184,06 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	3 163 391,14 €
Fornecimentos e serviços externos	- 3 934 540,51 €
Gastos com pessoal	- 476 873,21 €
Outros rendimentos	4 156,00 €
Outros gastos	- 20 755,72 €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	36 706,45 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização	- 12 969,77 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	23 736,68 €
Juros e gastos similares suportados	- 1,04 €
Resultado antes de impostos	23 735,64 €
Imposto sobre o rendimento	- 23 735,64 €
Resultado líquido do período	0,00 €

Rendimentos

Com a aplicação do novo Plano de Contas Multidimensional aplicado ao SNC-AP as receitas dividem-se em dois grandes grupos, impostos, contribuições e taxas e em prestações de serviços. O primeiro inclui as taxas específicas das autarquias locais nomeadamente as licenças de autorização, a taxa de ocupação da via pública, a taxa de publicidade, a taxa anual dos postos de combustíveis, a taxa de inspeção de elevadores, a taxa de apreciação, a taxa de vistoria, a taxa de emissão de certidões, as multas e outras penalidades, entre outras. As prestações de serviços são as resultantes das restantes atividades da Empresa.

Gastos

As rubricas de Gastos com o Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos são as rubricas com maior relevância e maior peso na estrutura de gastos da Empresa.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos atingem, neste exercício, a verba de 3.934.540,51 euros, e apresentam a seguinte composição:

Fornecimentos e serviços externos	2022
Subcontratos e parcerias	1 500 383,51 €
Serviços especializados	2 339 289,67 €
Materiais de consumo	10 471,26 €
Energia e fluidos	6 111,43 €
Deslocações, estadas e transportes	1 640,33 €
Serviços diversos	76 644,31 €
Total	3 934 540,51 €

Os Gastos com o Pessoal, que ascenderam a 476.873,21 euros e incluem as remunerações e respetivos encargos, os seguros de acidentes de trabalho e doença, os custos com a ação social e o seguro de saúde atribuído a todos os funcionários.

No final do ano procedeu-se à contabilização da estimativa dos encargos com férias e subsídios de férias de 2022 a pagar em 2023.

Os Gastos de Depreciação e de Amortização foram calculadas pelo método da linha reta, com cálculo mensal, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2, tendo atingido o valor de 12.969,77 euros.

A rubrica de Outros Rendimentos no montante de 4.150 euros diz respeito à cêndia de pessoal no âmbito da comunicação à STCP.

Por sua vez, a rubrica de Outros Gastos ascende a 20.755,72 euros e reflete principalmente fatura de fornecedor emitidos indevidamente cuja correção foi efetuada em 2023.

Resultados por Atividade

Rendimentos e Gastos	Ligações Mecanizadas	Parques	Terminais	Logística urbana	Planeamento e Estudos	Gestão Produtos Especiais
Impostos, contribuições e taxas	- €	- €	217.144,69€	- €	- €	- €
Prestações de serviços e concessões	520.296,07€	513.451,01€	50.436,98€	- €	- €	- €
Transferências e subsídios correntes obtidos	132.583,80€	-285.513,60€	3.260.282,41€	- €	56.038,53€	- €
Fornecimentos e serviços externos	-580.058,45€	-204.501,12€	-3.100.440,24€	- €	-49.540,71€	- €
Gastos com pessoal	-69.999,47€	-24.705,97€	-376.195,50€	- €	-5.972,27€	- €
Outros rendimentos	641,42€	226,38€	3.233,48€	- €	54,72€	- €
Outros gastos	-608,27€	-4,48€	-20.141,88€	- €	-1,08€	- €
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	2.855,10€	-1.047,78€	34.319,94€	- €	579,19€	- €
Gastos / reversões de depreciação e amortização	-1.828,78€	-1.083,37€	-9.901,59€	- €	-156,03€	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	1.026,32€	-2.131,15€	24.418,35€	- €	423,16€	- €
Juros e gastos similares suportados	-0,15€	-0,05€	-0,82€	- €	-0,01€	- €
Resultado antes de impostos	1.026,17€	-2.131,20€	24.417,53€	- €	423,15€	- €
Imposto sobre o rendimento	-3.484,12€	-1.229,70€	-18.724,56€	- €	-297,26€	- €
Resultado líquido do período	-2.457,95€	-3.360,91€	5.692,97€	- €	125,88€	- €

Ligações Mecanizadas

As receitas do Funicular são provenientes do sistema de vendas do título Funi, Sistema Intermodal Andante para os títulos de assinatura Andante; Report da Carristur para os títulos Carristur, estando em curso a ligação da venda destes títulos ao sistema de bilheteira do Funicular passando a ser o relatório automático, a comparticipação do PART é comunicada pela AMP em função dos títulos de assinatura Andante utilizados.

Apesar da paragem de atividade, o contrato de operação e manutenção das infraestruturas acima indicadas continuou assegurada pela Liftech.

Os custos apresentados são os valores decorrentes da atual prestação de serviços em vigor.

Terminais

A inauguração do Terminal TIC ocorre a 20 de julho, iniciando a operação no dia seguinte (21 de julho).

No que se refere à receita, esta apresenta um valor bastante inferior ao previsto, devido essencialmente ao arranque de atividade do TIC, bem como à previsão otimista da atividade operacional (entrada dos operadores e n.º de toques, rotação...). Inclui ainda as rendas de lojas de conveniência, o fee mensal da ATM da Euronet bem como das máquinas de vending.

O contrato de Operação e Manutenção do Terminal Intermodal de Campanhã bem como do fornecimento de todos os bens, equipamentos e sistemas arrancou no dia 11 de abril de 2022. Considerando a natureza da Prestação de Serviços, que implica o desenvolvimento de várias ações preparatórias como sejam o desenvolvimento de projetos, o aprovisionamento e instalação de infraestruturas e a contratação de recursos humanos, foi acautelado em Caderno de Encargos um Período Preparatório (cláusula 5ª.).

A operação do Terminal das Camélias manteve-se regular até setembro, data de início do projeto de reabilitação realizado pela CMP (mas fiscalizado pelo STCP Serviços).

Até ao final do ano estiveram operacionais 2 cais, para garantir a oferta do serviço de transporte público da área metropolitana. Contudo, este serviço, encontra-se isento do pagamento da tarifa prevista em regulamento, de acordo com a reunião pública

do executivo municipal de 25 de julho de 2022.

A conclusão da obra está prevista para abril de 2023, pelo que se estima que a partir dessa data, o terminal retome a atividade. Relativamente ao Polo Intermodal da Asprela, durante o ano de 2022, decorreram a execução das obras de Remodelação do Términus do Hospital de S. João e Polo Universitário.

A 27 de dezembro de 2022, foi celebrado o protocolo Interface Asprela entre o Município do Porto, a Metro do Porto, S.A e a STCP Serviços que define a obrigação de cada uma das partes relativamente a esta infraestrutura.

Parques

Relativamente aos Parques de Estacionamento, estes apresentam receita em linha com o valor orçamentado.

A receita é proveniente da rotação no parque, avenças e fee da máquina de vending.

Contudo, no que se refere aos gastos, este apresenta um desvio de -87% face ao orçamento, uma vez que apesar da exploração destas infraestruturas terem passado para a STCP Serviços em março de 2022, alguns contratos de prestação de serviços mantiveram-se junto do Município, tendo sido celebrados mais tarde com a STCP Serviços (p.e. o custo de vigilância ocorre apenas em início em agosto).

Os principais custos desta atividade dizem respeito os contratos de manutenção, limpeza, vigilância e segurança, bem como a gestão dos parques.

Planeamento e Logística Urbana

No âmbito da Logística Urbana a STCP Serviços, comprometeu-se a implementar e gerir uma rede de equipamentos necessários ao cumprimento do Plano de Logística Urbana aprovado pela Assembleia Municipal de 15 de novembro de 2021.

No decorrer do ano de 2022 a STCP Serviços estabeleceu contactos junto de diversas entidades com experiência relevante na área da logística urbana sustentável no sentido de desenvolver uma solução de suporte à implementação, gestão e divulgação da rede de equipamentos necessários ao cumprimento dos objetivos assumidos no Plano Municipal de Logística Urbana Sustentável.

Dos contactos estabelecidos resultou, numa primeira fase, a realização de um conjunto de reuniões e visitas de trabalho através das quais foram identificadas boas práticas e modelos de negócio adequados à realidade do Município do Porto. Numa segunda fase, foram avaliadas as condições de utilização e as eventuais necessidades de adaptação das infraestruturas de mobilidade geridas direta, e indiretamente, pela STCP Serviços com vista à sua integração e valorização no âmbito da implementação de uma solução de logística urbana sustentável para a cidade do Porto.



Estudos

A STCP Serviços promoveu o desenvolvimento de um estudo para a definição do modelo de operação e da viabilidade económica e financeira com vista à utilização do espaço canal do ramal da Alfândega para uso em transporte público (em curso), através da aquisição de um serviço de consultoria técnica especializada. O Estudo foi avaliado no montante de 95.490 euros, 40% a pagar este ano e 60% a pagar no início do ano 2023.

Gestão Produtos Especiais

Em 2022 foram desenvolvidos alguns contactos com organismos e instituições públicas que disponibilizam serviços análogos, fornecedores de software e associações e centrais de táxi.

Subsídios e Outros Apoios

O Subsídio à Exploração pode ser objeto de redução, sem mais formalidades, com proporcional correção do valor a pagar pelo Município, sempre que se preveja que o nível de meios libertos por cada atividade em cada ano dispensa, total ou parcialmente, a sua necessidade para se garantir o equilíbrio de resultados dessa respetiva atividade.

A apreciação da redução do subsídio de exploração realiza-se por parcela e processa-se de forma independente e autónoma entre as mesmas, com base nas demonstrações de resultados produzidas com recurso a contabilidade analítica de cada uma das atividades, sendo vedada qualquer forma de subsídio cruzada das duas atividades.

Do exposto resulta a obrigação de devolução de 726.799,77 euros, valor registado nas contas de 2022 por contrapartida de uma rubrica de Outros credores.

Atividade	Subsídio	SUB. não executado em 2022 a ser executado em 2023	DEVOLUÇÃO SUBSIDIO
Operação de Funicular, Elevador e Escadas Mecânicas	873 006,42 €	600 000,00 €	140 422,62 €
Equipamentos e infraestruturas	4 087 259,42 €	846 150,00 €	- 19 172,99 €
Contratos de concessão	618 135,88 €	297 678,87 €	605 970,61 €
Logística urbana	98 400,00 €	98 400,00 €	0,00 €
Planeamento (Estudos)	172 438,04 €	116 819,98 €	- 420,47 €
Gestão Produtos Especiais	328 056,25 €	328 056,25 €	- €
Total	6 177 296,02 €	2 287 105,10 €	726 799,77 €

Do subsídio à exploração inicialmente atribuído para as escadas mecanizadas, no montante de 873.006,42 euros, apenas 132.583,80 euros foi executado em 2022, tendo transitado para 2023 o valor de 600.000 euros referente ao investimento da mesa de comando.

No que diz respeito aos Terminais, estes executaram em 2022 cerca de 3,2M euros dos 4M euros, executando em 2023, 846.150,00 euros referente ao Protocolo Terminal Asprela (H.S.João/Polo Universitário).

A rubrica de contratos de concessão conseguiu libertar resultado, sem recurso ao subsídio atribuído. No entanto existiram alguns investimentos não executados, no valor de 297.678,87 euros que serão realizados em 2023. Posto isto, o valor do subsídio devolvido ao Município é de 605.970,61 euros.

4.6 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram factos relevantes dignos de registo no presente relatório, após o termo do exercício.

4.7 PERSPETIVAS FUTURAS

O ano de 2023 perspectiva-se como mais um ano muito desafiante, com elevados fatores de incerteza.

Acrescendo à incerteza associada à recuperação do impacto da pandemia, as tensões geopolíticas mundiais e o conflito militar na Ucrânia conduziram ao agravamento da escalada da inflação nos produtos alimentares, da energia e dos transportes.

A STCP Serviços está preparada para enfrentar os novos desafios que se avizinham, de forma a minimizar os impactos resultantes do contexto económico e na salvaguarda do interesse de todos os stakeholders, clientes, colaboradores, fornecedores, investidores e sociedade civil.

4.8 CUMPRIMENTO LEGAL

A Sociedade não adquiriu ou alienou quaisquer quotas próprias durante o exercício de 2022, nem detinha quaisquer quotas próprias no termo do referido exercício. Não foram solicitadas nem concedidas quaisquer autorizações relativamente a negócios entre a Sociedade e os seus Gerentes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não adquiriu quaisquer participações sociais representativas do capital social de outras sociedades. A 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não tinha qualquer sucursal, filial ou participações sociais representativas do capital social de outras sociedades. A Sociedade não tem dívidas perante a administração tributária nem perante a Segurança Social.

Nos termos do artigo 35º do Código das Sociedade Comerciais (CSC), quando o capital próprio da sociedade for igual ou inferior a metade do capital social, deve ser convocada a assembleia geral da sociedade a fim de nela se informar os sócios da situação e de estes tomarem as medidas julgadas convenientes. Nessa conformidade e em cumprimento do disposto no n.º 3 alínea b) do referido artigo 35.º do CSC, do aviso convocatório da assembleia geral, para deliberação pela sócia única STCP, EIM, S.A. deve constar a redução do capital social para montante não inferior ao capital próprio da STCP Serviços.

4.9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

É do entendimento do Conselho de Gerência que o relatório de atividades e contas e os demais documentos de prestações de contas, que foram elaborados de acordo com o SNC-AP, as instruções da CNC e do Tribunal de Contas refletem de forma verdadeira e apropriada os resultados das operações da STCP Serviços, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

O resultado líquido do exercício foi de 0 euros não carecendo de aplicação por esse motivo.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



5.1 BALANÇO

Rubricas	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	42.762,73	0,00
Ativos intangíveis	3	45.679,51	0,00
Outros ativos financeiros	18	940,23	0,00
Ativos por impostos diferidos	18	305.648,12	0,00
Subtotal		395.030,59	0,00
Ativo corrente			
Cientes, contribuintes e utentes	18	400.375,03	3.273,60
Estado e outros entes públicos	18	350.606,68	3.506,26
Outras contas a receber	18	69.040,17	0,00
Diferimentos	23	7.424,69	0,00
Caixa e depósitos	1	4.504.017,44	39.945,47
Subtotal		5.331.464,01	46.725,33
Total do Ativo		5.726.494,60	46.725,33
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital		100.000,00	100.000,00
Outros instrumentos de capital próprio		1.400.000,00	1.400.000,00
Reservas		424,24	424,24
Resultados transitados	23	-1.459.511,13	-1.458.592,38
Resultado líquido do período		0,00	-918,75
Total do Património Líquido		40.913,11	40.913,11

Rubricas	Notas	2022	2021	
PASSIVO				
Passivo não corrente				
		Subtotal	0,00	0,00
Passivo corrente				
Fornecedores	18	200.257,22	3.659,98	
Estado e outros entes públicos	18	324.183,94	0,00	
Financiamentos obtidos		0,00	215,00	
Fornecedores de investimentos	18	10.750,74	0,00	
Outras contas a pagar	18	2.854.377,29	0,00	
Diferimentos	23	2.296.012,30	1.937,24	
		Subtotal	5.685.581,49	5.812,22
		Total do Passivo	5.685.581,49	5.812,22
		Total do Património Líquido e Passivo	5.726.494,60	46.725,33

A Gerência

Maria Teresa Stanislau de Almeida Domingues
 José Paulo de Jesus Ferreira
 Alberto Amaro Guedes Machado

O Contabilista Certificado n.º 51735

Simão Pedro Morim Lopes da Costa

**5.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	13	217.144,69	0,00
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços e concessões	13	1.084.184,06	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	3.163.391,14	0,00
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação de inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	23	-3.934.540,51	-838,75
Gastos com pessoal	19	-476.873,21	0,00
Transferências e subsídios concedidos		0,00	0,00
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13	4.156,00	0,00
Outros gastos	23	-20.755,72	-80,00
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		36.706,45	-918,75
Gastos / reversões de depreciação e amortização	3, 5	-12.969,77	0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		23.736,68	-918,75
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	23	-1,04	0,00
Resultado antes de impostos		23.735,64	0,00
Imposto sobre o rendimento	23	-23.735,64	0,00
Resultado líquido do período		0,00	-918,75

A Gerência Maria Teresa Stanislau de Almeida Domingues, José Paulo de Jesus Ferreira e Alberto Amaro Guedes Machado
O Contabilista Certificado n.º 51735 Simão Pedro Morim Lopes da Costa

5.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores de Património Líquido da entidade											Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital/Património realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total			
Posição no início do período	1	100.000,00	1.400.000,00	0,00	0,00	0,00	-1.458.592,38	0,00	0,00	0,00	0,00	-918,75	40.913,11	0,00	40.913,11
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-918,75	0,00	0,00	0,00	0,00	918,75	0,00	0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-918,75	0,00	0,00	0,00	0,00	918,75	0,00	0,00	0,00
	2														
Resultado líquido do período	3											0,00	0,00		0,00
Resultado Integral	4=2+3											918,75	0,00		0,00
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para a cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5														
Posição no fim do período	6=1+2+3+5	100.000,00	1.400.000,00	0,00	0,00	0,00	-1.459.511,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.913,11	0,00	40.913,11

A Gerência

Maria Teresa Stanislau de Almeida Domingues
José Paulo de Jesus Ferreira
Alberto Amaro Guedes Machado

O Contabilista Certificado n.º 51735

Simão Pedro Morim Lopes da Costa

5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		1.036.814,47	0,00
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6.177.296,01	0,00
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-2.245.667,01	-838,75
Pagamentos ao pessoal		-396.362,83	0,00
Pagamentos a contribuintes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		4.572.080,64	-838,75
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		0,00	1.000,00
Outros recebimentos/pagamentos		0,00	-27,42
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		4.572.080,64	133,83

Rubricas	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-48.437,83	0,00
Ativos intangíveis		-59.570,84	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-108.008,67	0,00



Rubricas	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	1.003,75
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-788,75
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		0,00	215,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		4.464.071,97	348,83
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		39.945,47	39.596,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4.504.017,44	39.945,47

Rubricas	Notas	2022	2021
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		39.945,47	39.596,64
· Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
· Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
Saldo da gerência anterior		39.945,47	39.596,64
De execução orçamental		39.945,47	39.596,64
De operações de tesouraria		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4.504.017,44	39.945,47
· Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
· Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
Saldo para a gerência seguinte		4.504.017,44	39.945,47
De execução orçamental		4.504.017,44	39.945,47
De operações de tesouraria		0,00	0,00

A Gerência

Maria Teresa Stanislau de Almeida Domingues
 José Paulo de Jesus Ferreira
 Alberto Amaro Guedes Machado

O Contabilista Certificado n.º 51735

Simão Pedro Morim Lopes da Costa



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam dão-nos conta das informações consideradas relevantes para a sua melhor compreensão. As notas respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A STCP SERVIÇOS (“STCPS”) é uma empresa do setor empresarial público constituída em 2001, detida em 100% pela STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (“STCP”) ao abrigo do regime de exceção previsto nos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 151/2019.

Por sua vez, a STCP é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal, nos termos do artigo 19.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais aprovado pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto (“RJAEL”), cujo capital social é atualmente detido pelos Municípios de Gondomar (7,28%), Maia (9,61%), Matosinhos (11,98%), Porto (53,69%), Valongo (5,4%) e Vila Nova de Gaia (12,04%).

Nesse sentido, a STCPS, apesar de o seu capital social continuar a ser detido pela STCP, o seu estatuto passou a ser também o de empresa local, em virtude do disposto nos artigos 68.º, n.º 1, e 70.º do RJAEL, aplicáveis por força dos artigos 9.º, n.º 1, alínea b), e 10.º do Decreto-Lei n.º 151/2019 de 11 de outubro, sendo para todos os efeitos as suas entidades públicas participantes os seis municípios acionistas da STCP (cfr. artigo 5.º do RJAEL).

A STCPS rege-se, portanto, pelo disposto no RJAEL, no Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, no Código das Sociedades Comerciais, nos seus estatutos e, subsidiariamente, no regime do setor empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas.

No novo contexto de empresa intermunicipal, a sócia única da STCP Serviços, entendeu necessário transformar esta Sociedade numa empresa apta a desenvolver atividades relacionadas com a gestão e exploração de equipamentos e infraestruturas de transportes, bem como gestão de soluções de mobilidade urbana, permitindo dispor uma empresa que pudesse focar-se na exploração de equipamentos e infraestruturas conexos e complementares na mobilidade urbana, numa gestão mais eficiente de meios.

De acordo com o artigo 4º dos seus estatutos a STCP Serviços tem por objeto social a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e a exploração de soluções de mobilidade urbana, destacando-se o seguinte:

- a) Operação, gestão e exploração de serviço público de transporte regular ou especializado de passageiros, nos modos rodoviário, ferroviário, por carro elétrico ou, ainda, por cabo;
- b) Aquisição, locação, construção, instalação, desenvolvimento, manutenção e operação de veículos, equipamentos e infraestruturas destinados ao transporte de passageiros referido na alínea anterior, em qualquer um dos modos;

- c) Construção, gestão, exploração, desenvolvimento e operação de infraestruturas, sistemas ou produtos de mobilidade elétrica, de mobilidade leve, de mobilidade partilhada e, ainda, de meios de transporte utilizadores de energias alternativas;
- d) Prestação de serviços de logística urbana;
- e) Organização, intermediação e venda de viagens e outros produtos turísticos;
- f) Planeamento, construção, manutenção, gestão, exploração e operação de infraestruturas de estacionamento público urbano, incluindo a de parques e equipamentos destinados a essa finalidade, como terminais rodoferroviários e interfaces intermodais, diretamente ou através da contratação e terceiros para esse efeito mediante o modelo jurídico que se considerar mais adequado;
- g) Planeamento, construção, manutenção, gestão, exploração e operação de infraestruturas de apoio e suporte à logística urbana e a todos os modos de mobilidade, nomeadamente de pontos de carregamento de veículos elétricos e infraestruturas associadas à logística urbana;
- h) Formação e consultoria no ramo dos transportes, nomeadamente de estudos e projetos na área da mobilidade, estacionamento e acessibilidade urbana, bem como na aplicação de novas tecnologias e métodos de exploração do estacionamento;

1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Em 2022 a STCPS apresenta pela primeira vez demonstrações financeiras preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicado subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board. Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

Caixa e depósitos

A desagregação dos valores inscritos na rubrica do Balanço de Caixa e Depósitos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresenta-se no quadro seguinte:

Caixa e Depósitos	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	6.695,57	36,77
Depósito à ordem	4.497.321,87	39.559,87
Depósito a prazo	-	-
Total	4.504.017,44	4.504.017,44

1.3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP

Nas demonstrações financeiras de 2021 não existiram ajustamentos de transição resultantes de alterações de políticas contabilísticas.

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da STCPS, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

A Gerência procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outras, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Gerência concluiu que a Empresa dispõe de meios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considera adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda., com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Gerência e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 2.14 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Em resultado da atividade residual da STCPS no ano de 2021, a adoção pela primeira vez do SNC-AP não distorce a comparabilidade das Demonstrações financeiras de 2021 e 2022. No entanto, a leitura das demonstrações financeiras deverá ter em atenção que o ano de 2022 compreende a retoma da atividade da STCP Serviços, estando a sua atividade suspensa desde 2012.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC-AP.

2.2 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Compreendem, essencialmente, licenças de software e programas de computador.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base mensal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para estes efeitos são tidos em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil determinada em função do período de tempo em que tiver lugar a utilização exclusiva.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “outros gastos e perdas”.

2.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, com cálculo mensal, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

2.4 LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

2.5 IMPARIDADE DE ATIVOS

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistas anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, a STCPS procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.6 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um efluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um efluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A STCPS não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e é reconhecido.

2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

2.7.1 Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

2.7.2 Ativos e Passivos Financeiros ao justo valor com as alterações de JV a serem reconhecidas na Demonstração dos Resultados

Um ativo ou passivo financeiro é classificado nesta categoria se não preencher as condições para ser classificado ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade.

(i) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” no período em que são determinadas.

Subseqüentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

2.8 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

2.9 REGIME DO ACRÉSCIMO

A STCPS regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

2.10 RENDIMENTO

A STCPS aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

2.11 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS

As transferências e subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a STCPS cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Foi celebrado com o Município do Porto um Contrato Programa no montante de 6.177 296,01 euros para o ano 2022.

As transferências provenientes do Município do Porto, ao abrigo deste Contrato Programa, são fracionadas em pagamentos semestrais à STCPS, sendo o respetivo rendimento reconhecido no período a que diz respeito, pelas diversas atividades.

De acordo a cláusula 10.º do presente contrato-programa, o subsídio à exploração é objeto de redução, sem mais formalidades, com proporcional correção do valor a pagar pelo Município no quadro da execução do presente Contrato-Programa, sempre que se preveja que o nível de meios libertos por cada atividade em cada ano dispensa, total ou parcialmente, a sua necessidade para se garantir o equilíbrio de resultados dessa respetiva atividade.

As transferências e/ou subsídios obtidos para a aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de a transferência e/ou subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

2.12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.13 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Em resultado da atividade residual da STCPS no ano de 2021 e da falta de maturidade dos dados de 2022 não foram identificados pressupostos relativos ao futuro.

2.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda., são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Gerência, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva, na demonstração dos resultados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

a) Vidas e métodos de depreciação de vidas úteis de ativos fixos tangíveis e intangíveis:

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Gerência para os ativos questão;

b) Diferimentos e devolução de subsídio no âmbito do contrato-programa:

A 7 de março de 2022 a STCPS e o Município do Porto celebraram um contrato-programa estabelecendo a missão e os objetivos a prosseguir pela STCPS.

O Contrato-Programa estabeleceu as tarefas a desempenhar pela STCPS, entregou os meios necessários às mesmas, definiu os indicadores de desempenho a observar na execução dessas tarefas e, ainda, fixou o montante de subsídio à exploração a entregar pelo Município para o financiamento dessas atividades.

Ublinhamos que os pressupostos de exploração utilizados para o apuramento dos rendimentos e gastos basearam-se em dados históricos quando disponíveis e, na ausência destes, em dados de operações consideradas similares, bem como da função fiscal em termos de IVA (dedutibilidade sobre os gastos) e no pressuposto de neutralização do Resultado gerado em cada ano no contexto do contrato programa com o Município do Porto, neutralização esta com efeitos fiscalmente relevantes em IRC.

Tendo por base o n.º 4 da Cláusula 10.º do contrato-programa, “Se os gastos forem inferiores ao montante global do subsídio de exploração indicado no número anterior, fica a STCPS obrigada a devolver ao Município o valor remanescente no prazo de 30 dias”. Neste pressuposto, a STCP Serviços, no final do exercício económico, precede ao apuramento do subsídio a devolver ao Município do Porto da parte excedente necessária ao equilíbrio de resultados. Com referência a 31/12/2022, a gerência procedeu ao montante da devolução do subsídio, considerando que o mesmo compreende a melhor estimativa à data, a refletir no exercício de 2022 de acordo com as disposições contabilísticas e contratuais aplicáveis no contexto.



2.15 ERROS MATERIAIS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não foram detetados erros materiais referentes a períodos anteriores.

2.16 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. ("STCP").

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
STCP	-	1 999	20 173	-	-	-	2 219	-
Total	-	1 999	20 173	-	-	-	2 219	-

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar	Credores por acréscimos de Gastos
STCP	2 219	-	-	2 219	2 636	-	2 636	83 950
Total	2 219	-	-	2 219	2 636	-	2 636	83 950

A 31 de Dezembro de 2021 a STCP Serviços devia 300 euros à STCP relativo a um empréstimo corrente para fazer face a pagamentos correntes.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Programas de computador e sistemas de informação	-	-	-	43.211,58	(7.972,07)	35.239,51
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	10.440,00	-	10.440,00
Total	-	-	-	53.651,58	(7.972,07)	45.679,51

Os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis e as respetivas amortizações do período foram os seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Amortizações do período	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Programas de computador e sistemas de informação	-	43.211,58	-	(7.972,07)	-	35.239,51
Ativos intangíveis em curso	-	10.440,00	-	-	-	10.440,00
Total	-	53.651,58	-	(7.972,07)	-	45.679,51

A rubrica "Programas de computador e sistemas de informação" compreende, nomeadamente, o investimento realizado com a aquisição e implementação da ERP Primavera Public Sector.

A rubrica "Ativos intangíveis em curso" compreende os dispêndios em 2022 com o desenvolvimento do website STCP SERVIÇOS.

Em 2021, a empresa não detinha ativos fixos intangíveis.

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Equipamento básico	-	-	-	12.665,90	(2.206,07)	10.459,83
Equipamento administrativo	-	-	-	26.249,53	(2.353,72)	23.895,81
Outros Ativos Fixos Tangíveis	-	-	-	8.845,00	(437,91)	8.407,09
Total	-	-	-	47.760,43	(4.997,70)	42.762,73



Os movimentos ocorridos no valor dos Ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações do período, foram os seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Amortizações do período	Diminuições	
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Equipamento básico	-	12.665,90	-	(2.206,07)	-	10.459,83
Equipamento administrativo	-	26.249,53	-	(2.353,72)	-	23.895,81
Outros ativos fixos tangíveis	-	8.845,00	-	(437,91)	-	8.407,09
Total	-	47.760,43	-	(4.997,70)	-	42.762,73

A rubrica "Equipamento básico" inclui a aquisição em 2022 de diverso equipamento informático e de telecomunicações.

A rubrica "Equipamento administrativo" inclui a aquisição de equipamento e mobiliário de escritório.

A rubrica "Outros ativos fixos tangíveis" inclui, nomeadamente, a compra de sinalética diversa para o Terminal Intermodal da Campanhã.

Em 2021, a empresa não detinha ativos fixos tangíveis.

NOTA 13. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Taxas, multas e outras penalidades

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Taxas, multas e outras penalidades evidenciava a seguinte composição:

Taxas, multas e outras penalidades	2022	Peso (%)	2021
Ocupação de via pública - TIC	210.457,19	97%	-
Outras multas e penalidades	6.687,50	3%	-
Total	217.144,69	100%	-

Os rendimentos provenientes de Taxas, multas e outras penalidades, que em 2022 ascenderam a cerca de 217 mil euros, apresentam como principal componente de rendimento a ocupação do Terminal intermodal de Campanhã, com um peso relativo de 97%.

Prestações de serviços e concessões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Prestações de serviços e concessões apresentava a seguinte composição:

Taxas, multas e outras penalidades	2022	Peso (%)	2021
Transportes coletivos de pessoas	523.155,44	48%	-
Parques de Estacionamento	545.912,58	50%	-
Arrendamento	12.774,20	1%	-
Outros serviços	2.341,84	0%	-
Total	1.084.184,06	100%	-

Os rendimentos de Prestações de serviços e concessões ascenderam a 1 milhão de euros, tendo apresentado como principal componente os parques de estacionamento, com um peso relativo de 50%, seguido dos serviços prestados de transporte coletivo com a operação Funicular dos Guindais com 48%.

Outros rendimentos e ganhos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos evidenciava a seguinte composição:

Outros rendimentos e ganhos	2022	Peso (%)	2021
Desempenho atividades noutras entidades	2.218,76	53%	-
Correções relativas a períodos anteriores	1.937,24	47%	-
Total	4.156,00	100%	-

NOTA 14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Transferências e subsídios correntes obtidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos evidenciava a seguinte composição:

Transferências e subsídios correntes obtidos	2022	Peso (%)	2021
Administração Local	3.163.391,14	100%	-
Total	3.163.391,14	100%	-

A rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos inclui, exclusivamente, o rendimento proveniente do subsídio à exploração concedido pelo Município do Porto ao abrigo do Contrato Programa vigente.

Para maior análise e detalhe desta rubrica ver nota **SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS do Relatório de Gestão**.

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não foram registados eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2022 que tenham impacto nas Demonstrações Financeiras apresentadas.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos Financeiros.

Investimentos financeiros

A 31 de dezembro de 2022, o valor dos Investimentos financeiros contabilizados apresenta um saldo, no valor de 940,23 euros, relativo ao Fundo Compensação Trabalho.

Cientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Clientes, contribuintes e utentes tinha a seguinte composição:

Clientes, contribuintes e utentes	31/12/2022	31/12/2021
Clientes conta corrente	401.660,13	4.558,70
Perdas por imparidade acumuladas	(1.285,10)	(1.285,10)
Total	400.375,03	3.273,60

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Outras contas a receber apresenta um saldo no valor de 69.040,17 euros relativo a acréscimos de rendimentos referentes ao mês de dezembro de 2022 a receber em 2023.

Fornecedores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Fornecedores tinha a seguinte decomposição:

Fornecedores	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores conta corrente	200.257,22	3.659,98
Total	200.257,22	3.659,98

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras contas a pagar tinha a seguinte composição:

Outras contas a pagar	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de investimento	10.750,74	-
Remunerações a liquidar	73.894,00	-
Outros acréscimos de gastos	2.780.483,29	-
Total	2.865.128,03	-

As Remunerações a liquidar correspondem ao direito a férias e subsídio de férias relativo ao ano de 2022 e que se vence a 31 de dezembro de cada ano, sendo o seu pagamento a efetuar durante o ano de 2023.

A rubrica de outros acréscimos de gastos e composto principalmente pelos custos no âmbito do Protocolo Metro/ STCP Serviços e pela devolução do Subsídio, conforme nota **SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS do Relatório de Gestão**.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2022		2021	
	(a receber)	(a pagar)	(a receber)	(a pagar)
Imposto sobre o rendimento	1.000,00	324.183,94	3.506,26	-
IVA a recuperar	349.606,68	-	-	-
Total	350.606,68	324.183,94	-	-

Instrumentos de Capital Próprio

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social, totalmente subscrito e realizado, era composto por uma quota de 100.000€.

Outros instrumentos de capital próprio

A 31 de dezembro de 2022, o detalhe desta rubrica refere-se a prestações acessórias atribuídas nos anos abaixo indicados:

Ano	Montante
2004	10 000€
2007	100 000 €
2008	200 000 €
2009	400 000 €
2011	800 000 €
2013	-110 000 €

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A STCP Serviços apresenta tem apresentado resultados negativos, pelo que reserva não está constituída.

No âmbito do artigo 40 n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados. Nesse âmbito, o Contrato-Programa celebrado com o Município do Porto, o qual estabelece a missão e os objetivos a prosseguir pela STCP Serviços para os anos de 2022 a 2025, determina, que os proventos resultantes da exploração dos equipamentos e infraestruturas geridos por esta Sociedade, incluindo os advenientes da cobrança de quaisquer tarifas ou de qualquer exploração comercial dos mesmos, constituirão serão receita da STCP Serviços até o limite do equilíbrio de contas das atividades objeto do Contrato-Programa, devendo o excesso ser entregue ao Município, nos termos das disposições constantes das cláusulas 9.ª e 10.ª do Contrato-Programa.

NOTA 19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Gastos com pessoal

Em 2022 e 2021, a rubrica Gastos com pessoal tinha a seguinte composição:

Gastos com o pessoal	2022	Peso (%)	2021
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	172.311,73	36%	-
Remunerações do pessoal	210.505,08	44%	-
Encargos sobre remunerações	89.553,23	19%	-
Outros encargos sociais	4.503,17	1%	-
Total	476.873,21	100%	-

NOTA 23. OUTRAS INFORMAÇÕES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DO PERÍODO

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Diferimentos apresenta um saldo de diferimentos ativos, no montante de 7.424,69 euros e um saldo de diferimentos passivos, no valor de 2.296.012,30 euros, com a seguinte decomposição:

Diferimentos	2022	2021
Diferimentos ativos	7.424,69	-
Gastos a reconhecer - seguros	7.424,69	-
Diferimentos passivos	2.296.012,30	1.937,24
Transferências e subsídios obtidos ¹	2.287.105,10	-
Outros rendimentos a reconhecer	8.907,20	1.937,24

¹ Ver ponto **SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS** do Relatório de Gestão.

Fornecimentos e serviços externos

Em 2022 e 2021, a rubrica Fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte composição:

Fornecimentos e serviços externos	2022	Peso (%)	2021
Subcontratos e concessões de serviços	1.500.383,51	38%	-
Serviços fornecimento de água	88,00	0%	-
Outros subcontratos ou concessões	1.500.295,51	38%	-
Serviços especializados	2.339.289,67	59%	-
Trabalhos especializados	256.081,97	7%	-
Publicidade, comunicação e imagem	4.845,67	0%	-
Vigilância e segurança	148.053,48	4%	-
Comissões	1.762,87	0%	-
Conservação e reparação	1.915.885,68	49%	-
Outros serviços especializados	12.660,00	0%	-
Materiais de consumo	10.471,26	0%	-
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	715,90	0%	-
Livros e documentação técnica	203,30	0%	-
Material de escritório	2.135,75	0%	-
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	5.800,50	0%	-
Artigos higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	838,39	0%	-
Medicamentos e artigos para a saúde	12,45	0%	-
Outros materiais	764,97	0%	-
Energia e fluídos	6.111,43	0%	-
Eletricidade	568,07	0%	-
Combustíveis e lubrificantes	3.939,55	0%	-
Água	1.603,81	0%	-
Deslocações, estadas e transportes	1.640,33	0%	-
Deslocações e estadas	539,92	0%	-
Outros	1.100,41	0%	-
Serviços diversos	76.644,31	2%	-
Rendas e alugueres	45.765,78	1%	-
Comunicação	1.653,28	0%	-
Seguros	636,52	0%	-
Contencioso e notariado	1.208,13	0%	838,75
Despesas de representação dos serviços	16.882,04	0%	-
Limpeza, higiene e conforto	10.226,81	0%	-
Outros serviços	271,75	0%	-
Total	3.934.540,51	100%	-

A rubrica Fornecimento e serviços externos totaliza gastos na ordem dos 4 milhões de euros, tendo apresentado como principal componente os serviços conservação e reparação, com um peso relativo de 49% e que incluem, nomeadamente, os serviços de manutenção e assistência técnica dos terminais e parques de estacionamento.

Outros gastos e perdas

Em 2022 e 2021, a rubrica de Outros gastos e perdas tinha a seguinte composição:

Outros gastos e perdas	2022	Peso (%)	2021
Impostos e taxas	595,57	3%	80,00
Outros	20.160,15	97%	-
Total	20.755,72	100%	80,00

Gastos por juros e outros encargos

Em 2022, a rubrica de Gastos por juros e outros encargos apresenta um saldo marginal, no valor de 1,04 euros.

Impostos sobre o rendimento

Foi apurado no final do período, um imposto estimado de 23.735,64 euros. Este valor resulta do apuramento da Coleta, das Tributações Autónomas e do cálculo da derrama do ano de 2022.

A STCP Serviços está sujeita a uma taxa de IRC de 21% (17% sobre os primeiros 50 mil euros). Acresce ainda um valor de derrama resultante do disposto no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e da tabela de taxas de derrama municipal incidentes sobre o lucro tributável do IRC do período fiscal de 2022 constante do Ofício circulado da AT n.º 20250 de 31/01/2023, que no caso do Município de Porto é de 1,5%.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Na STCP Serviços, resume-se a encargos com ajudas de custo e compensação por utilização viatura Própria, sendo a tributação de 5%.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Gerência em 14 de março de 2023.

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS (NCP26)



As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique: (a) Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente aprovado; e (b) Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

O conjunto completo de demonstrações de relato para as entidades obrigadas a apresentar demonstrações orçamentais consiste nos documentos seguidamente identificados e, apresentados em anexo ao presente relatório:

- 6.1** Demonstração de desempenho orçamental;
- 6.2** Demonstração de execução orçamental da receita;
- 6.3** Demonstração de execução orçamental da despesa;
- 6.4** Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos;
- 6.5** Anexo às demonstrações orçamentais;
 - 6.5.1** Alterações orçamentais da receita;
 - 6.5.2** Alterações orçamentais da despesa;
 - 6.5.3** Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
 - 6.5.4** Operações de tesouraria;
 - 6.5.5** Transferências e subsídios - despesa;
 - 6.5.6** Transferências e subsídios - receita.

6.1 DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL (DDORC)

Esta demonstração tem como finalidade evidenciar as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário).

Apresenta ainda, informação organizada pela forma de financiamento, e por classificação económica da execução orçamental.

Demonstração Desempenho Orçamental (01/01/22 até 31/12/22)

Rubricas	Recebimentos	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios		
	Saldo de gerência anterior	39 945,47	0,00	0,00	0,00	0,00	39 945,47	0,00
	Operações orçamentais [1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Restituição de saldos de operações orçamentais							
	Operações de tesouraria [A]							
	Receita corrente							
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	77 729,07	0,000,00	0,000,00	0,000,00	0,000,00	77 729,07	0,000,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	961 778,96	0,00	0,00	0,00	0,00	961 778,96	0,00
R7	Outras Receitas Correntes	6 177 296,01	0,00	0,00	0,00	0,00	6 177 296,01	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Rubricas	Recebimentos	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios		
	Receita de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	7216804,040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7216804,040,00	0,00
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	7216804,040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7216804,040,00	0,00
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					960,00	960,00	0,00

Demonstração Desempenho Orçamental (01/01/22 até 31/12/22)

Rubricas	Recebimentos	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios		
Despesa corrente								
D1	Despesas com o pessoal	402 812,89	0,00	0,00	0,00	0,00	402 812,89	0,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes	305 514,67	0,00	0,00	0,00	0,00	305 514,67	0,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	17 395,23	0,00	0,00	0,00	0,00	17 395,23	0,00
D1.3	Segurança social	79 902,99	0,00	0,00	0,00	0,00	79 902,99	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	2 136 590,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2 136 590,05	0,00
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	97 380,70	0,00	0,00	0,00	0,00	97 380,70	0,00
Despesa de Capital								
D6	Aquisição de bens de capital	115 948,43	0,00	0,00	0,00	0,00	115 948,43	0,00
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Rubricas	Recebimentos	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios		
Despesa efetiva [5]		2 752 732,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2 752 732,07	0,00
Despesa não efetiva [6]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [7]=[5]+[6]		2 752 732,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2 752 732,07	0,00
Pagamentos de operações de tesouraria [C]								
Saldos para gerência seguinte								
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		4 504 017,44	0,00	0,00	0,00	0,00	4 504 017,44	0,00
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]								
Saldo global [2]-[5]		4 464 071,97	0,00	0,00	0,00	0,00	4 464 071,97	0,00
Despesa primária		2 752 732,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2 752 732,07	0,00
Saldo corrente		4 580 020,40	0,00	0,00	0,00	0,00	4 580 020,40	0,00
Saldo de capital		-115 948,43	0,00	0,00	0,00	0,00	-115 948,43	0,00
Saldo primário		4 464 071,97	0,00	0,00	0,00	0,00	4 464 071,97	0,00
Receita total [1]+[2]+[3]		7 256 749,51	0,00	0,00	0,00	0,00	7 256 749,51	0,00
Despesa total [5]+[6]		2 752 732,07	0,00	0,00	0,00	0,00	2 752 732,07	0,00

A Gerência

Maria Teresa Stanislau de Almeida Domingues
 José Paulo de Jesus Ferreira
 Alberto Amaro Guedes Machado

O Contabilista Certificado n.º 51735

Simão Pedro Morim Lopes da Costa

6.2 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (DOREC)

Tem como objetivo permitir o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico devendo as receitas serem desagregadas de acordo com as contas do PCM usadas no orçamento.

Esta demonstração permite controlar todas as fases de execução orçamental da receita, nomeadamente as liquidações, os valores cobrados e por receber. Contempla ainda as informações das previsões corrigidas, obtidas por ligação a uma demonstração de alterações orçamentais à receita.

Na análise realizada as previsões corrigidas no orçamento foram de 8.054.851,01 euros e inclui a incorporação do saldo de gerência anterior de 39.946,00 euros.

As receitas cobradas líquidas atingiram o montante de 7.256.749,51 euros, sendo que as receitas por cobrar no final do período atingiram o valor de 402.572,13 euros, sendo este valor na totalidade referente às receitas correntes.

O grau de execução do orçamento da receita é de 90,09%.

Rubricas	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restrições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.		
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Períodos correntes	Total		Períodos anteriores	Período corrente	
Receitas Correntes															
R1	Receita Fiscal														
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	455 230,00	5 470,70	204 578,37	9 429,74	77 729,07	640,00	640,00	0,00	77 729,07	77 729,07	122 890,26	0,00	0,00	17,07%
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5	Transferências e subsídios correntes														
R5.1	Transferências correntes														
R5.1.1	Administrações Públicas														
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	1 382 379,00	0,00	1 250 604,21	9 143,38	961 920,96	142,00	142,00	0,00	961 920,96	961 920,96	279 681,87	0,00	0,00	69,57%
R7	Outras Receitas Correntes	6 177 296,01	0,00	6 367 296,01	190 000,00	6 177 296,01	0,00	0,00	0,00	6 177 296,01	6 177 296,01	0,00	0,00	0,00	100,00%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total das Receitas Correntes		8 014 905,01	5 470,70	7 822 478,59	208 573,12	7 216 946,04	782,00	142,00	0,00	7 216 946,04	7 216 946,04	402 572,13	0,00 %	90,04 %	

Rubricas	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restrições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Períodos correntes	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receitas de Capital														
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital													
R9.1	Transferências de capital													
R9.1.1	Administrações Públicas													
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total das Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Receitas não efetivas														
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total das Receitas não efetivas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	39 946,00	39 946,00	39 946,00	0,00	39 945,47	0,00	0,00	0,00	39 945,47	39 945,47	0,00	0,00%	100,00%
Total Geral (Receitas Correntes)		8 014 905,01	5 470,70	7 822 478,59	208 573,12	7 216 946,04	782,00	142,00	0,00	7 216 804,04	7 216 804,04	402 572,13	0,00%	90,04%
Total Geral (Rec. de Capital)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total Geral (Receitas Não Efetivas)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total Geral		8 054 851,01	5 470,70	7 862 424,06	208 573,12	7 256 891,51	782,00	142,00	0,00	7 256 749,51	7 256 749,51	402 572,13	0,00%	90,09%

A Gerência

Maria Teresa Stanislau de Almeida Domingues
 José Paulo de Jesus Ferreira
 Alberto Amaro Guedes Machado

O Contabilista Certificado n.º 51735

Simão Pedro Morim Lopes da Costa

6.3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (DODES)

Tem como objetivo permitir o controlo da execução orçamental da despesa durante o período contabilístico, devendo as despesas serem desagregadas de acordo com as contas do PCM usadas no orçamento.

Esta demonstração permite controlar todas as fases de execução orçamental da despesa, nomeadamente os compromissos assumidos, os valores pagos e por pagar. Deve ainda contemplar informação das dotações corrigidas, obtidas por ligação a uma demonstração de alterações orçamentais à despesa.

Da análise deste mapa ressalva que o orçamento da despesa corrigido foi de 8.054.851,01 euros, correspondendo às despesas com compromissos assumidos um total de 3.535.746,75 sendo 3.417.430,57 referente às despesas correntes e 118.316,18 euros às despesas de capital.

Dos compromissos assumidos foram formalizadas obrigações no montante de 2.963.740,03 euros e procedeu-se ao pagamento de 2.752.732,07 euros, sendo que 211.007,96 euros correspondem às obrigações por pagar que irão transitar para o ano de 2022.

O grau de execução do orçamento da despesa é de 34,17%.

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Rubricas	Descrição	Por pagar per.ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orç.		
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente	
Despesas Correntes														
D1	Despesas com o pessoal													
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	377 000,00	0,00	305 514,67	305 514,67	0,00	305 514,67	305 514,67	0,00	0,00	0,00%	81,04%	
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	19 903,89	0,00	17 395,23	17 395,23	0,00	17 395,23	17 395,23	0,00	0,00	0,00%	87,40%	
D1.3	Segurança social	0,00	93 900,00	0,00	80 140,54	80 140,54	0,00	79 902,99	79 902,99	0,00	237,55	0,00%	85,09%	
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	3 625 998,00	0,00	2 913 339,45	2 341 332,73	0,00	2 136 590,05	2 136 590,05	572 006,72	204 742,68	0,00%	58,92%	
D3	Juros e outros encargos	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4	Transferências e subsídios correntes													
D4.1	Transferências correntes													
D4.1.1	Administrações Públicas													
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D5	Outras Despesas Correntes	3 874,98	3 710 549,12	0,00	101 040,68	101 040,68	215,00	97 165,70	97 380,70	0,00	3 659,98	0,01%	2,62%	
Total das Despesas Correntes		3 874,98	7 827 851,01	0,00	3 417 430,57	2 845 423,85	215,00	2 636 568,64	2 636 783,64	572 006,72	208 640,21	0,00%	33,68%	

Rubricas	Descrição	Por pagar per.ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orç.		
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente	
Despesas Capital														
D6	Aquisição de bens de capital													
D7	Transferências e subsídios capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.3	Segurança Social													
D7.1.1.4	Administração Regional													
D7.1.1.5	Administração Local													
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D8	Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
	Total das Despesas de Capital	0,00	227 000,00	0,00	118 316,18	118 316,18	0,00	115 948,43	115 948,43	0,00	2 367,75	0,00%	51,08%	
	Despesas não efetivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
	Total das Despesas não efetivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
	Total Geral (Despesas Correntes)	3 874,98	7 827 851,01	0,00	3 417 430,57	2 845 423,85	215,00	2 636 568,64	2 636 783,64	572 006,72	208 640,21	0,00%	33,68%	
	Total Geral (Despesas Capital)	0,00	227 000,00	0,00	118 316,18	118 316,18	0,00	115 948,43	115 948,43	0,00	2 367,75	0,00%	51,08%	
	Total Geral (Despesas não efetivas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%		
	Total Geral	3 874,98	8 054 851,01	0,00	3 535 746,75	2 963 740,03	215,00	2 752 517,07	2 752 732,07	572 006,72	211 007,96	0,00%	34,17%	

A Gerência

Maria Teresa Stanislau de Almeida Domingues
José Paulo de Jesus Ferreira
Alberto Amaro Guedes Machado

O Contabilista Certificado n.º 51735

Simão Pedro Morim Lopes da Costa

6.4 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (DPPI)

Tem como finalidade permitir o controlo da execução anual do plano plurianual de investimentos, facultando informação relativa a cada programa e projeto de investimento, designadamente sobre a forma de realização, fontes de financiamento, fase de execução, financiamento da componente anual e valor global do programa, e execução financeira dos anos anteriores, no período e esperada para períodos futuros.

Demonstração da execução das Grandes Opções do Plano

Objetivo	Número do Projeto / Classif. Orçamental (Rubrica)	Designação	Forma de Realiz.	Fontes de Financiamento					Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual (%)	Nível de Execução Financeira Global (%)	
				RG	RP	UE	EMPR	ND	Início	Fim	Ano t	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano t	Total			
01.01.01		Objetivos Administração Geral									227.000,00	0,00	227.000,00	0,00	115 948,43	115 948,43			
	0101 D6	Equipamento Administrativo Aquisição de bens de capital	0		100,00				01/01/2022	31/12/2024	50.000,00 50.000,00	0,00	50.000,00 50.000,00	0,00	29 942,98 29 942,98	29 942,98 29 942,98	59,89% 59,89%	59,89% 59,89%	
	0102 D6	Equipamento Informático Aquisição de bens de capital	0		100,00				01/01/2022	31/12/2024	25.500,00 25.500,00	0,00	25.500,00 25.500,00	0,00	17 511,00 17 511,00	17 511,00 17 511,00	68,67% 68,67%	68,67% 68,67%	
	0103 D6	Software Informático Aquisição de bens de capital	0		100,00				01/01/2022	31/12/2024	60.000,00 60.000,00	0,00	60.000,00 60.000,00	0,00	53 562,25 53 562,25	53 562,25 53 562,25	89,27% 89,27%	89,27% 89,27%	
	0105 D6	Outros Investimentos Aquisição de bens de capital	0		100,00				20/06/2022	31/12/2024	91.500,00 91.500,00	0,00	91.500,00 91.500,00	0,00	14 932,20 14 932,20	14 932,20 14 932,20	16,32% 16,32%	16,32% 16,32%	
											Total	227 000,00	0,00	227 000,00	0,00	115 948,43	115 948,43		

A Gerência

Maria Teresa Stanislau de Almeida Domingues
José Paulo de Jesus Ferreira
Alberto Amaro Guedes Machado

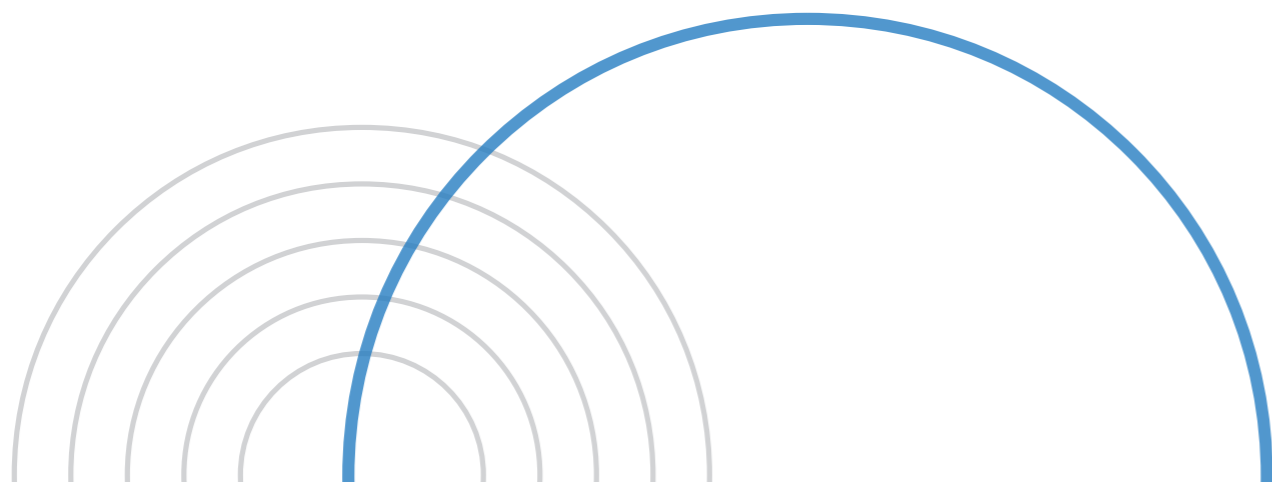
O Contabilista Certificado n.º 51735

Simão Pedro Morim Lopes da Costa

6.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Tem como objetivo a divulgação da informação sobre alterações orçamentais da receita e da despesa, alterações do plano plurianual de investimentos, operações de tesouraria, transferências e subsídios da despesa e receita e outras divulgações relevantes, e é composto pelos seguintes elementos.

- 6.5.1 Alterações Orçamentais da Receita
- 6.5.2 Alterações Orçamentais da Despesa
- 6.5.3 Alterações do Plano Plurianual de Investimentos
- 6.5.4 Operações de Tesouraria
- 6.5.5 Transferência e Subsídios – Despesa
- 6.5.6 Transferência e Subsídios – Receita



6.5.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

No decorrer do ano de 2022 houve uma alteração do valor inicial da receita, devido à revisão do contrato programa.

Alterações orçamentais de receita

Rubricas (1)	Tipo (2)	Receita					Observações (8)
		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)	
			Inscrições/reforços (4)	Diminuições/anulações (5)	Créditos especiais (6)		
R1 Receita Fiscal	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1 Impostos diretos	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2 Impostos indiretos	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsist. de saúde	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	N/A	455.230,00	0,00	0,00	0,00	455.230,00	
R4 Rendimentos de propriedade	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5 Transferências e subsídios correntes	P/M	1.900.000,00	4.277.296,01	0,00	0,00	6.177.296,01	
R5.1 Transferências correntes	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.2 Administração Central - Outras atividades	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.3 Segurança Social	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.4 Administração Regional	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.15 Administração Local	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2 Exterior - UE	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3 Outras	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2 Subsídios Correntes	P/M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6 Venda de bens e serviços	P/M	1.900.000,00	4.277.296,01	0,00	0,00	6.177.296,01	
R7 Outras receitas correntes	N/A	1.564.618,00	0,00	182.239,00	0,00	1.382.379,00	
R8 Venda de bens de investimento	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9 Transferências e subsídios de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1 Tranferências de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1 Administrações Públicas	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.3 Segurança Social	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.4 Administração Regional	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1.5 Administração Local	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2 Exterior - UE	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.3 Outras	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2 Subsídios de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10 Outras receitas de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R12 Receita com ativos financeiros	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13 Receita com passivos financeiros	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R14 Saldo de gerência anterior-operações orçamentais	P/M	0,00	39.946,00	0,00	0,00	39.946,00	

6.5.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas. Durante o decorrer do ano contabilístico de 2022, ocorreram alterações orçamentais permutativas decorrentes da revisão do contrato programa e devido a ser o primeiro ano em que a STCP Serviços iniciou a sua atividade.

Alterações orçamentais de despesas

Rubricas (1)	Tipo (2)	Receita					Observações (8)
		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)	
			Inscrições/reforços (4)	Diminuições/anulações (5)	Créditos especiais (6)		
D1 Despesas com o pessoal	P/M	450.500,00	40.303,89	0,00	0,00	490.803,89	
D1.1 Remunerações Certas e Permanetes	P/M	357.500,00	19.500,00	0,00	0,00	377.000,00	
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	1.000,00	18.903,89	0,00	0,00	19.903,89	
D1.3 Segurança Social	P/M	92.000,00	1.900,00	0,00	0,00	93.900,00	
D2 Aquisição de bens e serviços	P/M	2.614.153,00	1.011.845,00	0,00	0,00	3.625.998,00	
D3 Juros e outros encargos	N/A	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	
D4 Transferências e subsídios correntes	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1 Transferências correntes	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1 Administrações Públicas	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.3 Segurança Social	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.4 Administração Regional	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.5 Administração Local	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.3 Famílias	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.4 Outras	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2 Subsídios correntes	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5 Outras despesas correntes	P/M	59.195,00	4.171.503,01	520.148,89	0,00	3.710.549,12	
D6 Aquisição de bens de capital	P/M	795.500,00	55.000,00	623.500,00	0,00	227.000,00	
D7 Transferências de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1 Administrações Públicas	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.3 Segurança Social	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.4 Administração Regional	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.5 Administração Local	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.3 Famílias	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.4 Outros	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8 Outras despesas de capital	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9 Despesas com ativos financeiros	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D10 Despesas com passivos financeiros	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

6.5.3 ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A realização antecipada de pagamentos previstos para anos posteriores ou a modificação do montante total de pagamentos de qualquer projeto constante do plano plurianual de investimentos aprovado devem ser precedidas de uma alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas alterações ao orçamento, quando necessário.

Durante o decorrer do ano contabilístico de 2022, ocorreram uma alteração permutativa devido à revisão do contrato programa e por ser o primeiro ano do início de atividade da empresa.

Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Número do Projeto / Classif. Orçamental (Org., Fonte, Ativ., P.Med., Cl.Econ.)	Designação	Forma de Realiz.	Fontes de Financiamento					Datas		Valor Realizado	2022		Anos seguintes				Modificações	
				RG	RP	UE	EMPR	ND	Início	Fim		Dot Inicial	Dot Corrigida	2023	2024	2025	Seguintes		
01.01.01		Objetivos Administração Geral									115 948,43	795.500,00	227.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-568 500,00	
	0101 1 000 000 000000 070109	Equipamento Administrativo Equipamento Administrativo	0		100,00				01/01/2022	31/12/2024	29 942,98 29 942,98	20.000,00 20.000,00	50.000,00 50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 000,00 30 000,00	
	0102 1 000 000 000000 070107	Equipamento Informático Equipamento Informático	0		100,00				01/01/2022	31/12/2024	17 511,00 17 511,00	25.500,00 25.500,00	25.500,00 25.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00	
	0103 1 000 000 000000 070108	Software Informático Software Informático	0		100,00				01/01/2022	31/12/2024	53 562,25 53 562,25	50.000,00 50.000,00	60.000,00 60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00 10 000,00	
	0105 1 000 000 000000 070115	Outros Investimentos Outros Investimentos	0		100,00				20/06/2022	31/12/2024	14 932,20 14 932,20	700.000,00 700.000,00	91.500,00 91.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-608 500,00 -608 500,00	
											Total	115 948,43	227 000,00	227 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-568 500,00

6.5.4 OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Código Conta	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1/07.2.1 Recebimentos/pagamentos por Intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.1/07.2.2.1.1 Autarquias Locais	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.2/ 07.2.2.1.2 Entidade Contabilística Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.3/ 07.2.2.1.3 Região Autónoma Açores	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.4/ 07.2.2.1.4 Região Autónoma Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.5/ 07.2.2.1.5 Outras entidades beneficiárias	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.2/ 07.2.2.2 Receita não fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.3/ 07.2.3 Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.4/07.2.4 Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.5/07.2.5 Receção/receitas de receitas próprias - duplo cabimento	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.6/ 07.2.6 Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.0/ 07.2.9 Outras receitas/despesas de operações tesouraria	0,00	960,00	960,00	0,00
07.2.8 Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	0,00	0,00	0,00	0,00

6.5.5 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS - DESPESA

A STCP Serviços não atribuiu qualquer subsídio no decorrer do exercício.

Transferências/Subsídios - Concedidos

Descrição do processo	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade beneficiária (3)	Despesas orçamentais (4)	Despesas autorizadas (5)	Despesas pagas (6)	Despesas autorizadas e não pagas (7)=(5)-(6)	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício (8)	Observações (9)
Total									

6.5.6 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA

Foi celebrado com o Município do Porto um contrato programa no montante anual de 6.177.296,01 que está registado na rubrica 08.02.08.01.00. Este montante foi liquidado no decorrer do ano de 2022.

Descrição do processo	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade financiadora (3)	Receita prevista (4)	Receita recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6)=(4)-(5)	Receita Prevista e transferências/ subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (9)
FAR Nº 1	Lei 50/2012 de 31/08	Contrato Programa	Município do Porto	570 000,00	570 000,00	0,00	0,00	
RSB Nº 2	Lei 50/2012 de 31/08	Contrato Programa	Município do Porto	190 000,00	190 000,00	0,00	0,00	
RSB Nº 4	Lei 50/2012 de 31/08	Subsídio à exploração - Contrato Programa	Município do Porto	190 000,00	190 000,00	0,00	0,00	
RSB Nº 5	Lei 50/2012 de 31/08	Subsídio à exploração - Contrato Programa	Município do Porto	0,00	0,00	0,00	0,00	
RSB Nº 6	Lei 50/2012 de 31/08	Subsídio à exploração - Contrato Programa	Município do Porto	5 227 296,01	5 227 296,01	0,00	0,00	
Total				6 177 296,01	6 177 296,01	0,00	0,00	

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 5 726 495 euros e um total património líquido de 40 913 euros, incluindo um resultado líquido de 0 (zero) euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

A nomeação da Mazars & Associados ocorreu já em 2022 e as demonstrações financeiras da Entidade relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2021 não foram objeto de auditoria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão (e) nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 7 256 750 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 2 752 517 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 15 de março de 2023

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas com o nº 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)





www.stcpservicos.pt

